



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ANA LÚCIA COTTA

**QUESTÃO URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO
HORIZONTE: A LUTA POR MORADIA NA COMUNIDADE
DANDARA**

RIO DE JANEIRO

2016

ANA LÚCIA COTTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Marildo Menegat.

RIO DE JANEIRO

2016

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho, que se transformou em 'uma obra' coletiva, meu reconhecimento.

Às lutadoras e lutadores sem-terra e sem teto, povo de luta e resistência. Máximo respeito.

À minha filha Ynaê, linda e que confia em mim.

À Eunice e Maria, apoio de família.

Ao Benvindo, pelos conhecimentos compartilhados, pelo carinho e diálogos em dias sombrios.

Às amigas da vida toda, parceiras essenciais de caminhada: Fabiana Campos, Adriana Marques, Renata Gondim, Ju Bavuzo, Marilucia, Siumara, Suely, Araci, Linda, Nega, Lia, Silvânia, Fabiana Bezerra.

Aos amigos: Miguel, Joãozinho, Arthur Miguel, Martus, Wilson, Dinei, Necão, Walney. Pessoas queridas.

À Delze e Marcilene, referências, pelo apoio e confiança.

À Susana Maia, pelo apoio.

À Ana Elisa, pela contribuição decisiva na co-orientação e pela sabedoria e firmeza compartilhadas.

À Scheilla, pela parceria, pelo carinho e sintonia.

À Fatima Tardin pela contribuição da sua excelente tese, e pela parceria.

Ao Professor Marildo, pelos valiosos ensinamentos, pela atenção.

À Professora Gabriela pela atenção e confiança.

Pessoas que permitiram vislumbrar um mundo acadêmico

para além das vaidades.

Este trabalho pertence a todas e todos que o transformaram numa produção coletiva.

A massa

Raimundo Sodré

A dor da gente é dor de menino acanhado
Menino-bezerra pisado no curral do mundo a penar
Que salta aos olhos igual a um gemido calado
A sombra do mal-assombrado é a dor de nem poder
chorar
Moinho de homens que nem girimuns amassados

Mansos meninos domados, massa de medos iguais
Amassando a massa a mão que amassa a comida
Esculpe, modela e castiga a massa dos homens
normais

Quando eu lembro da massa da mandioca mãe, da
massa

When I remember of "massa" of manioc
Nunca mais me fizeram aquela presença, mãe
Da massa que planta a mandioca, mãe
A massa que eu falo é a que passa fome, mãe
A massa que planta a mandioca, mãe
Quand je rappele de la masse du manioc, mère
Quando eu lembro da massa da mandioca

Lelé meu amor lelé no cabo da minha enxada não
conheço "coroné"
Eu quero mas não quero (camarão). Minha mulher
na função (camarão)
Que está livre de um abraço, mas não está de um
beliscão
Torna a repetir meu amor: ai, ai, ai!
É que o guarda civil não quer a roupa no quarador
Meu Deus onde vai parar, parar essa massa
Meu Deus onde vai rolar, rolar essa massa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1 O PROBLEMA DA MORADIA E A QUESTÃO URBANA.....	11
1.1 Elementos históricos.....	11
1.2 Reforma Urbana no Brasil.....	20
1.2.1 Sobre a periferia da cidade de Belo Horizonte.....	27
1.2.2 Direito à cidade.....	30
2 QUEM SÃO AS MASSAS SEM TETO?.....	33
2.1.1 Movimentos sociais urbanos em dois tempos: rupturas e continuidades.....	34
2.1.2 O surgimento desse ator social nos anos 1980.....	37
2.1.3 1990 – Os anos neoliberais.....	42
2.1.4 Tempos de regressão social e ação de massas.....	45
3 O CASO DA OCUPAÇÃO DANDARA.....	49
3.1 As Brigadas Populares, as comunas da terra do MST e a experiência rururbana.....	49
3.2 Como foi feita a ocupação e a resistência da Dandara.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
BIBLIOGRAFIA.....	65
ANEXOS.....	67

INTRODUÇÃO

A pretensão deste trabalho é analisar o processo de construção de uma nova forma de organização popular ancorada no objetivo tático de ser o ponto de ligação entre sujeitos sociais do espaço rural e do urbano. Trata-se de uma articulação estratégica entre o MST e as Brigadas Populares e membros da CPT, além do Fórum de moradia do Barreiro na região metropolitana de Belo Horizonte.

O objetivo era ocupar terrenos urbanos que não cumpriam sua função social, ante as demandas por moradia, sob a perspectiva de ‘recrutar’ indivíduos nos centros urbanos que apresentavam interesse em ocupar terras para trabalho e moradia em terrenos próximos aos centros urbanos.

O planejamento e ação que realizou a ocupação urbana teve sua gênese orientada pela perspectiva denominada projeto ‘rururbano’ que surgiu em São Paulo no final da década de 1990 como estratégia de trazer o debate e tensionar na sociedade a necessidade da implementação da Reforma Agrária em contraposição ao modelo de desenvolvimento vigente no governo FHC.

Quais as condições postas para realizar esta articulação entre movimentos sociais de territórios ambivalentes? Quais as perspectivas apresentadas no planejamento da ação conjunta? Quais os limites e suas causas em relação aos aspectos regionais, culturais, referentes ao planejamento urbano de Belo Horizonte? Qual o objetivo das organizações participantes deste processo?

Recorreremos à análise histórica sobre as consequências dos movimentos de acumulação capitalista. Partimos da análise do que Harvey (2008) denomina de ‘acumulação por espoliação’ termo que o autor utiliza para descrever o processo de expulsão de camponeses do campo, e formas de direitos sobre a propriedade privada. Dentre um elenco de vários fatores constitutivos dessa forma de acumulação podemos destacar a de suprir as demandas de força de trabalho no meio urbano, gerado pela intensa inovação tecnológica decorrente do processo de industrialização e consequentes mudanças estruturais e conjunturais neste espaço.

As décadas de 1980 e 1990 são marco referencial destas mudanças estruturais quando se acelera a crise na periferia do capitalismo caracterizado pela regressão social com consequências catastróficas para os países periféricos, principalmente relacionados à classe trabalhadora em todos os aspectos.

No período de 1980 novos sujeitos entram em cena. As instituições como centros clássicos de organização popular experimentam a crise e não conseguem mais organizar os sujeitos que na emergência do contexto político criavam condições democráticas de surgimento de um novo sujeito político coletivo- os movimentos sociais, que Sader (1995) em seu estudo analisa como um fazer e refazer destes antigos centros organizadores pelos movimentos sociais populares fornecendo-lhes novas práticas e ações.

Tentaremos elucidar esta trajetória, este processo que se inicia, à partir da análise da composição social dos indivíduos que compõem o sujeito coletivo de novo tipo, nas suas práticas e ações desenvolvidas no cenário de lutas de resistência, principalmente no a em relação à questão social urbana expressa na luta por moradia e no direito à cidade, seus recursos e equipamentos sociais no espaço urbano.

Neste ponto pretendemos identificar no cenário das ocupações urbanas na periferia de Belo Horizonte, iniciando do ponto nodal da questão urbana que envolve estratégias de luta, e de organização popular realizadas na ocupação da Comunidade Dandara, e compreender porque este processo híbrido da proposta de articular um movimento rural e movimentos urbanos, no caso o MST e as Brigadas Populares. Buscamos entender em torno de qual expectativa se assentava esta ação no consequente desenrolar deste processo e qual era a estratégia desse sujeito coletivo conformado numa identidade ambivalente, suas formas de resistência e suas limitações.

O déficit de moradia em Belo Horizonte conforme dados publicados em 2012 do sítio da prefeitura de BH –Portal BH em pesquisa da Fundação João Pinheiro, é de sessenta mil unidades, mas a rede de apoio às ocupações e luta por moradia afirma que este número já ultrapassa cento e cinquenta mil, sendo que a população da região metropolitana de BH é de cinco milhões e quatrocentos mil habitantes.

Analisando o planejamento da cidade de Belo Horizonte podemos constatar a origem da favelização surgindo junto com a própria cidade, onde cerca de 13% (portal BH) da população urbana vive nestes aglomerados numa situação precária. Muitos municípios metropolitanos não tem uma política habitacional estruturada e este fator é determinante para resultar na migração de uma grande parte desta população para os terrenos ocupados onde se localizam as crescentes ocupações urbanas. De acordo com o Portal BH, trezentos e sete mil pessoas vivem em cento e sessenta e nove áreas denominadas de ‘aglomerados subnormais’, isto é, vilas, favelas, e ocupações na região metropolitana. Parte deste contingente são pessoas que migram para a periferia de BH buscando serem contempladas pela política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida.

Finalizando esta pesquisa discutiremos sobre as formas de organização popular na luta por moradia em Belo Horizonte, no contexto da Comunidade Dandara, que hoje é a mais expressiva e pioneira ocupação massiva na região metropolitana, considerando que atualmente são cerca de onze ocupações, sendo a Izidora a mais massiva com oito mil famílias, localizada na região norte da cidade em conflito latente no período desta pesquisa. A gênese que planejou e realizou a ação de ocupar um latifúndio urbano, no enfrentamento ao capital, entre ‘resistências e potencialidades perdidas’, as lutas se intensificam na evidente barbárie traduzida nos conflitos com violentos desfechos, a ineficácia do Estado via políticas públicas, a prevalência do crime organizado, determinado pela desigualdade extrema, sintoma da falência social desse modo de produção capitalista, se constituem na contribuição histórica desta experiência que pode ser impactante em relação a questão social da moradia buscando efetividade de conquistas no horizonte dos sobrantes na cidade.

Iniciamos a pesquisa à partir de uma análise sobre a questão urbana no Brasil, e a proposta da Reforma Urbana nas cidades na sua formulação no início da década de 1960. O êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades brasileiras provocaram mudanças no cenário urbano, gerando consequências que impactam as classes subalternas, através da concentração fundiária, da especulação imobiliária no campo e na cidade, provocando problemas relacionados à moradia da população nas periferias das grandes cidades e

incorporando aspectos relevantes que afetam o território urbano e o direito de acesso à cidade e suas benesses.

O caminho da pesquisa prossegue na apresentação do cenário político referente à análise conjuntural do Brasil e do município de Belo Horizonte, situando o contexto das lutas de enfrentamento ao capital no eixo da moradia e utilizando suporte teórico sobre o movimento de acumulação capitalista e seus desdobramentos no ideário neoliberal.

As estratégias de luta serão analisadas pelo viés das propostas centradas nas ações conjuntas representadas pela perspectiva de unir os diferentes sujeitos que conformam as massas sobrantes na periferia de Belo Horizonte: o que gerou esta ambivalência rural/urbana; onde o Rururbano seria uma potencialidade que pode ter se perdido já que não se concretizou, mesmo considerando as diferenças regionais e culturais das experiências realizadas anteriormente em outros estados, como São Paulo cuja expressão maior é a Comuna da Terra.

Chegaremos então à Ocupação Dandara que completa seis anos de existência em meio a conflitos e sem a posse dos lotes. Isto nos remete à questão urbana que tem na favelização o principal fenômeno que evidencia a desigualdade no que diz respeito aos direitos à cidade. Percorremos brevemente as causas deste processo, identificando na questão social urbana suas origens para compreender a formação e constituição desta ocupação em meio a discussão das políticas e programas habitacionais, as disputas que geram os conflitos e a realidade que resultou no grande número de ocupações espontâneas na periferia de Belo Horizonte.

Na pesquisa utilizaremos trabalhos já realizados em teses e textos sobre várias abordagens temáticas produzidos nas organizações que realizaram a ocupação para conhecer sua identidade de classe social, como se inserem na luta por moradia, qual a motivação impulsionadora e que formas de resistência os mantêm na luta.

Relacionado à Comunidade Ocupação Dandara utilizaremos material impresso, jornais, informativos da mídia e materiais produzidos na própria comunidade, além do disponível na internet como vídeos, entrevistas, documentários.

Apresentamos inicialmente o cenário da luta por moradia integrante da questão urbana estrutural nas periferias das cidades. Partimos de uma análise estrutural acerca do

movimento capitalista de acumulação ‘per se’ desta fase tardia do capital que Harvey (2011) define como ‘acumulação por espoliação’ e suas consequências para o planeta principalmente nos países periféricos. Prossegue na identificação de formas de resistência nos enfrentamentos anticapitalistas das ocupações urbanas, expressa na formação das massas sem-teto situando-se no contexto atual de luta por moradia na região metropolitana de Belo Horizonte.

A análise desta questão perpassa o cenário de construção e perspectiva acerca da Reforma Urbana Brasil, considerando as origens e planejamento inicial da cidade de Belo Horizonte desde o processo de favelização mesmo antes do período de industrialização desembocando em formas de resistência, seja no âmbito reformista ou anticapitalista. Estes foram determinados pelos momentos históricos, principalmente no período da redemocratização até os atuais programas de transferência de renda, onde o MCMV personifica a principal política pública de moradia nas áreas urbanas, em contraponto com outra forma de atuação pelo direito à cidade para além dos direitos garantidos na (Constituição de 1988), pela ótica de cidade construída de acordo com as necessidades da população conformada nas massas sem-teto e suas caracterizações.

Identificamos nas dinâmicas sociais de formação de sujeitos coletivos ou ‘os novos sujeitos que entram em cena’ na década de 1980. Na década seguinte 1990, o receituário neoliberal e as drásticas mudanças estruturais do capital trazem consequências nefastas para estes sujeitos, integrando-os à ordem capitalista, além de medidas econômicas e sociais regressivas aumentando as massas de sobrantes nas periferias das cidades.

Apresentamos então a Comunidade Dandara localizada na região da Pampulha, periferia norte de Belo Horizonte, e as organizações e rede de apoio que realizaram a ocupação em 2009. Finalizando identificamos as experiências organizativas oriundas em São Paulo no final da década de 1990: as Comunas da Terra e todos os personagens e atores sociais que conformam a luta por moradia, apontando as rupturas e continuidades relacionadas às estratégias políticas utilizadas, assim como os desafios e contradições para a construção de um efetivo direito à moradia na Comunidade Dandara e a resistência

aos enfrentamentos no caótico cenário urbano de Belo Horizonte e sua região metropolitana.

1. O PROBLEMA DA MORADIA E A QUESTÃO URBANA

1.1 Elementos históricos

Desde as sesmarias no Brasil-colônia até a atualidade, a questão fundiária será mola propulsora que lança, na formação histórica brasileira, a constante dualidade, marca profunda geradora da desigualdade constitutiva do processo desigual e combinado, relacionado à forma pela qual o Brasil foi inserido no processo global de acumulação capitalista.

A invasão das terras de além-mar acionada por Portugal e Espanha conduzia a expansão capitalista através da apropriação de terras no Brasil “num processo marcado pela multiplicação de formas legais e ilegais de acesso à terra, desprovidos de registros público seguros e conduzida por interesses conflituosos”. É o que nos explica Evaniza Rodrigues (2013), em seu estudo que aponta o modelo das Sesmarias como determinante na constituição do caráter patrimonialista desde Portugal no caso brasileiro. Tal modelo “ao ser transplantado para a colônia adota características complementares ou adaptações” onde destaca-se a produção da monocultura da cana-de-açúcar para exportação dos excedentes, originando o surgimento dos grandes latifúndios e violência, e dos conflitos fundiários. Destaca Rodrigues que, no Brasil, grande parte dos problemas fundiários são consequência do patrimonialismo decorrente do processo de concessão de terras, favores, e abuso de poder dos senhores da terra. Conformados na “reprodução das relações de favores e compadrio nas práticas administrativas misturando público e privado”¹.

O acirramento da relação dual (atrasado/moderno) que marca a história brasileira se intensifica no momento de mudança da economia brasileira de uma matriz agrário-exportadora para uma estrutura produtiva urbano-industrial, consequência da exigência do movimento de acumulação capitalista mundial. O processo de modernização do campo é intensificado à partir de 1930 e principalmente nas décadas seguintes, sendo que, nos anos 1960, este processo demarca a mudança das relações entre campo e cidade,

¹ Anotações de aula - disciplina Prof. Marildo Menegat. Identidades Culturais, Curso Serviço Social, UFRJ. 2014, primeiro semestre.

tanto nas atividades econômicas desenvolvidas quanto no âmbito das relações sociais estabelecidas.

Francisco de Oliveira (2003:58), ao analisar o tema, identifica que “as cidades são por definição, a sede da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano é, portanto, a contrapartida da desruralização do produto e, nesse sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas no produto, tanto maior a taxa de urbanização”.

Conforme o estudo de Costa (2012:63), “a industrialização brasileira teve como suporte dois vetores de crescimento: o primeiro foi o Estado, ao transferir renda de alguns setores para subsidiar a implantação industrial; e o segundo, foram os recursos da própria classe trabalhadora, na autoconstrução de sua habitação”. Assim, os trabalhadores rebaixavam o custo de sua reprodução. Para Oliveira (*apud* COSTA, 2012:64), uma das formas que se constitui o processo de acumulação decorrentes da expansão do capitalismo era de acumulação primitiva porque o capital se reproduzia com a redução do custo da força de trabalho: “a autoconstrução era um mecanismo de acumulação primitiva, pois a casa construída daquela forma não se transformava em capital” e conclui: “Assim, uma operação que é na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.” (OLIVEIRA, 2003:59)

Explicaria também, num outro âmbito de análise do autor, a combinação de desigualdades desta inserção capitalista nos países periféricos em relação aos países centrais: desigual e combinada. Esse “modo de acumulação global” traz o debate entre concepções teóricas com outros autores de que todo este processo “é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência de setores ‘atrasado’ e ‘moderno’” (*idem*:60)

Os elementos descritos acima podem explicar também como o surgimento das favelas e ocupações informais, surgidas pela necessidade de o trabalhador se instalar nas cidades, entre 1940 e 1980, funcionaram como formas de acumulação para expansão industrial-urbana. (COSTA, 2012: 64)

No Brasil, a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre (no fim do século XIX) foi um fator histórico determinante para o desenvolvimento capitalista no país, junto com outros fatores como a transformação da terra em mercadoria em 1850 com a Lei de Terras e Lei Eusébio de Queiroz que proibia tráfico pelos navios negreiros. Nas palavras de Costa (2012:57) “A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre é uma consequência do processo de acumulação do capital, e não da escassez de mão de obra, resolvida com a imigração, dadas as condições da demanda externa do café”.

A expansão capitalista no Brasil no período de 1850 a 1930 era pelo eixo agroexportador, onde o café predominava. Chegamos à crise deste processo, ou seja, a exportação do café já não conseguia se equilibrar com as importações de que necessitávamos. Para garantir a lucratividade do café o país necessitava expandir a produção e avançar na industrialização, para tanto seria preciso investir na modernização. Esta estratégia demandou mudanças estruturais como o trabalho assalariado, crescimento empresarial (mais capital para quem planta café), infraestrutura (para baratear custo) e vastos investimentos em transporte (ferrovias financiadas pelo capital internacional, etc).

Todo este processo se engendra na forma de desenvolvimento desigual e combinado. Um país com estrutura de relações agrárias e patrimoniais herdadas do tempo de colônia atrasadas em relação aos países centrais avançados, para tanto necessita saltar etapas e se emparelhar aos países centrais, modernos através de relações arcaicas patrimonialistas com técnicas avançadas para a industrialização do país. Estas relações se dão de forma interna e externa. Tanto do Brasil periférico em relação aos países centrais avançados, quanto interna, estados mais industrializados como São Paulo e o restante como periferia. Além de alterar estruturalmente a relação campo-cidade, a desigualdade que se estabelece é gerada por uma hegemonia adquirida pela força ou ‘pelo alto’ que sempre prevaleceu no país. Estes fatores são somados ao papel de Estado articulado com o mercado, sendo que o segundo prevalece e ainda corrobora formas de manter, através da força, alianças e acordos sem participação da classe trabalhadora e do imenso estoque do Exército Industrial de Reserva que se forma nas cidades.

A década de 1930 demarca, portanto, a transição do Brasil de um país agrário-exportador para urbano-industrial. Na dinâmica de implantação de indústrias de base

houve uma complexificação e intensificação da divisão social e territorial do trabalho, resultando nas migrações populacionais e, demandando das cidades, mudanças estruturais necessárias a uma lógica que exigia que as cidades tivessem um papel vinculado ao exterior, para atender o escoamento da produção agrícola para exportação. Na definição de Costa (2012:62): “No Brasil, a relação do modo capitalista de produção no campo era com o mercado externo. Nos momentos de retração industrial mundial, é que o Brasil consegue se afirmar na indústria”. Este processo que representava o Brasil ‘arcaico’, nem com o fim da escravidão, nem com a proclamação da República superou “a hegemonia agrário-exportadora”. Esta relação só mudaria depois dos anos 1930, com o processo de urbano-industrialização.

Menegat (2013), ao abordar o problema da superpopulação relativa nos países periféricos, destaca que, no Brasil, quando a industrialização se tornou o eixo central de acumulação capitalista, no período mencionado acima, “já se instalou entre nós nos seus estágios de desenvolvimento mais avançados daquele tempo”. Ou seja, num país que ainda vivia sob relações sociais determinadas pelas relações sociais coloniais, ainda arcaicas, advindas do trabalho escravo e dos domínios das oligarquias rurais. Portanto, esta “industrialização tardia da periferia, em que não houve reforma agrária, por exemplo. O uso de técnicas avançadas, que poupam muito trabalho humano, cria uma massa disponível que permite o estabelecimento de regimes de superexploração permanente desses trabalhadores”. (MENEGAT, 2013:91)

Estes são alguns dos elementos importantes da formação histórica do país para compreendermos a gênese do problema da moradia no Brasil. Ao retomar os argumentos de Maricato (2016) e Oliveira (2003), Costa (2012:67) afirma que há uma impossibilidade de trabalhadores pobres das cidades brasileiras viverem dentro da formalidade urbanística porque a venda de sua força de trabalho só permite sua reprodução na informalidade.

Em nossa realidade periférica, os trabalhadores rebaixam o custo de sua reprodução, através da autoconstrução de suas moradias na cidade, em locais próximos do trabalho, também para facilitar sua locomoção e reduzir o custo com o transporte. Uma característica da realidade de países periféricos é o crescimento de favelas:

contingentes da população sem acesso à moradia, recorrendo informalmente ao acesso à cidade, determinando a expansão da informalidade no ‘visível crescimento da autoconstrução no Brasil’.

A partir da década de 80, no Brasil, ocorrerá uma mudança no papel das cidades com a revolução tecnocientífica e conseqüente mudança do eixo de acumulação capitalista, que deixa de ser a fábrica. Tornando as cidades, para além de espaço de reprodução de força de trabalho e de circulação de mercadorias, também em espaço de circulação e ela própria cidade-mercadoria (COSTA, 2012:67).

Estruturalmente a herança patrimonial das relações coloniais escravocratas reflete no desenvolvimento moderno no mundo urbano tornando-se característica peculiar no país ao se confrontar formas ‘arcaicas’ do campo com formas impostas de um padrão de urbanização superior ao ritmo de industrialização, gerando taxas de urbanização superiores ao próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais, criando exércitos industriais de reserva (OLIVEIRA *apud* COSTA, 2012: 60).

Conforme Lefebvre (2001), no estudo que elabora sobre a questão urbana há “um duplo processo em dois aspectos: industrialização e urbanização; crescimento e desenvolvimento; produção econômica e vida social”, dinâmicas de uma unidade conflitante, a realidade urbana e industrial, sendo que a característica mais contundente desta forma de acumulação é a periferização e a favelização.

Nas palavras de Marildo Menegat (2012), estas relações de favores herdadas da ordem escravocrata se mantêm no mundo urbano constituindo cidades autárquicas, ou seja, a autarquia do campo determinada pela monocultura onde não havia divisão social do trabalho se contrapõe à autarquia da cidade onde, devido aos processos de industrialização, ocorreu uma absorção de todo exército industrial de reserva do campo para a cidade, redefinindo-se as relações cidade e campo.

Menegat ressalta as conseqüências do processo de modernização conservadora e como caracterizou-se a conformação desta população no após o período de ditadura civil militar nos territórios urbanos evidenciando a:

(...) ruína do esforço de urbanização e industrialização aceleradas em que estas massas passaram a viver a essência do seu estado, isto é, de serem uma massa

acima do ‘normal’ da população excedente relativa que o capitalismo precisa criar, elas puderam finalmente se expressar com os direitos civis e políticos básicos de uma democracia. Foi o aparato penal do estado que passou, desde então, a contornar esta situação de pressão a descoberto. (MENEGAT, 2012.:92)

Já Oliveira (2003) ao explicar a forma em que se “constituiu o modo de acumulação global próprio do capitalismo no Brasil no pós-anos 1930”, explica que a forma de consolidação deste processo aqui no Brasil e em todos países periféricos atenderam a necessidade capitalista desta época, ou seja, a inserção do país no MPC de forma desigual e combinada, quer dizer que o Brasil se inseriu saltando etapas. Países que estão mais atrasados em relação ao desenvolvimento das forças produtivas são obrigados a saltar etapas de desenvolvimento e copiar os países do centro ou os avançados (e tirar da periferia o estoque do exército industrial de reserva), consequência do emparelhamento com os países centrais ou “avançados”, – marco da aceleração do processo de industrialização inteiramente urbano. A lógica da acumulação capitalista que regula o desenvolvimento econômico brasileiro é a espoliação urbana, que produziu a periferia das cidades e combina enorme reserva de mão obra com ausência de organização sólida da classe operária (KOWARICK *apud* COSTA, 2012: 60-61). Municípios se expandiam e criavam sua própria periferia, incluindo além da distância do núcleo a falta de acesso aos bens e serviços.

Na articulação centro-periferia entra o estoque do Exército Industrial de Reserva ampliado com o êxodo rural. Na consequente formação de uma classe subalterna nos períodos de 1930 a 1964, isto é, o período da ditadura Vargas até o Golpe Civil Militar seria a situação propícia para mudanças e a oportunidade de uma oposição popular ao desenvolvimento econômico, mas a nascente burguesia industrial aliada a oligarquias rurais empreende alianças “pelo alto”, ou a “revolução sem povo”. Sem participação popular com dominação pelo convencimento ou pela força, as decisões da direção do processo social brasileiro são tomadas pelo alto, a despeito e revelia das classes populares.

Compreender como o movimento global de capital através de análise das formas de acumulação capitalista exigem e como permeiam a vida social e sua reprodução através da busca por mais valor e como este movimento atua sobre as parcelas da classe trabalhadora, e os ‘sobrantes’, permite-nos pensar uma análise sobre a questão social da moradia e seus desdobramentos entre questão agrária e questão urbana.

Para Harvey (2011) é necessário compreender a lógica de acumulação capitalista de cada época em que o capital necessita renová-la para garantir sua forma, ou seja, mais acumulação e mais concentração.

Com suporte na geografia histórica do capitalismo, Harvey nos atenta ao fato que ao capitalismo não cabe apenas “as questões de acumulação” e que “a acumulação do capital, junto com o crescimento da população, está no cerne da dinâmica evolutiva humana desde mais ou menos, 1750” (HARVEY *apud* COSTA, DATA:66-67). Costa, utilizando-se dos ensinamentos de Harvey, traz elementos para a origem da necessidade de se planejar as cidades:

(...) primeiro houve a necessidade de se estabelecer o assalariamento como forma predominante de mobilização do trabalho para a grande indústria – Segunda Revolução Industrial; na virada do século XIX e XX, nas capitais europeias, foi necessário planejar as cidades de forma a provê-las de condições que as tornassem adequadas à constituição de um grande mercado de trabalho para atender à burguesia industrial, quando a grande acumulação de capital passou a se dar na fábrica, processo que deu origem ao urbanismo moderno. A Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica, processo iniciado no pós-guerra, e no Brasil, com força, nos anos 80, traz um deslocamento do eixo de acumulação da fábrica para outras esferas. (COSTA; 2012:77)

Seguindo este raciocínio, na constatação de Menegat, o que decorre deste movimento é que esta inovação tecnológica trouxe uma “inovação dos processos de produção” que levou à crise do fordismo,² ou seja a expulsão de um contingente de

2 O fordismo foi idealizado por Ford no período após a segunda guerra mundial, se realizou como um programa de expansão industrial fundamentado em um tipo de processo produtivo que empregava uma

trabalhadores dos seus postos de trabalho, início de um processo de desemprego estrutural. As mudanças estruturais na dinâmica social se refletiram no Brasil pela interrupção do processo de modernização e foram a mola propulsora para o fenômeno da globalização (MENEGAT, 2013).

É o que se estabelece no Brasil na década de 1980, conforme constata Costa (2012:78) : “Este novo fenômeno em que o capital vai adquirindo sua forma globalizada e deixa de ser um somatório de economias nacionais, promove mais do que nunca, a universalização das forças produtivas”. Este processo é evidente na relação entre trabalho vivo e trabalho morto – determinando uma “característica particular da industrialização tardia na periferia, em que não houve reforma agrária, por exemplo, o uso de técnicas avançadas, que poupam muito trabalho humano, cria uma massa disponível que permite o estabelecimento de regimes de superexploração permanente destes trabalhadores” (*idem*: 91).

Conforme Menegat (2012:28), em sua análise sobre as consequências decorrentes das mudanças no modelo de produção, há um deslocamento na estrutura do capital em sua composição orgânica, “com um aumento significativo do capital constante e, em decorrência, uma redução bastante expressiva do capital variável, ou seja, da força de trabalho”. Se é do trabalho humano de onde se extrai o ‘mais valor’ que movimenta tudo, ao se substituir o trabalho humano (vivo) pela tecnologia, “a criação de riqueza perde sua base material” gerando uma crise social evidente no desemprego estrutural, ou seja, a perda da substância viva – o trabalho. Mesmo sendo constitutivo essencial da acumulação, ao se inovar processos de produção com inovações tecnológicas, com a criação de novos produtos ou pela dinamização de novos processos produtivos, era permitida a reincorporação da massa de trabalhadores. Mas, o que se constata na atual configuração do capital é a impossibilidade de se “impulsionar uma longa onda expansiva do capitalismo”.

Aqui vale colocar uma questão polêmica que o autor argumenta sobre as funções do Estado. Sendo impossível uma volta aos tempos gloriosos da expansão pós-guerra,

enorme mão-de-obra operária e se vinculava à proposta de Keynes que configurou a conformação do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais neste período.

diante das novas configurações do capital o Estado torna-se suplantado pelos interesses corporativos das multinacionais que suprimem o poder estatal de controle e regulação reduzido em suas “funções justamente no momento em que surgem novas demandas e necessidades de efetivação da vida social”. O debate que Menegat (2012:30) nos traz é que esta situação nos coloca diante da polêmica entre “reorganizar este estado para as velhas funções estatais, como parte deste novo combate, ou retirar do Estado os recursos materiais para este mesmo combate, apontando na direção de outra esfera pública, que seria uma modalidade de poder popular.

No conteúdo deste debate estão questões como a conformação das lutas antissistêmicas ou dos movimentos de luta anticapitalista na perspectiva de outras formas de sociabilidade que não ancoradas na distribuição de riqueza, “agora já sem a perspectiva de iludir seu estado”, a sobrevivência tem que ser garantida nas lutas pelas necessidades imediatas tanto como são necessárias novas formas organizativas das massas (MENEGAT, 2013:95).

Não temos intenção de aprofundar sobre este tema neste trabalho, mas virá a tona nos desdobramentos da discussão nos capítulos seguintes sobre questões específicas sobre o problema da moradia que é a questão central deste trabalho.

Tais afirmações trazem elementos analíticos para compreendermos porque a acumulação capitalista, na sua busca por mais valor isto é, essa “forma regida pela lei do valor, crescentemente incapaz de realizar o conteúdo, que é a reprodução da vida social em condições minimamente satisfatórias para um número cada vez maior de seres humanos” afeta as relações sociais e de produção principalmente nos países periféricos influenciando na composição, no enfrentamento e na resistência referentes às massas de trabalhadores e sobrantes que se avolumam nos entornos urbanos. Deparamos então com uma regressão social decorrente da crise na periferia do capitalismo, levando a um “processo de dissolução da forma social” evidenciada “na contradição incontornável” entre a forma e o conteúdo, ou valor e reprodução da vida social. A formação de um gigantesco exército industrial de reserva característico de um país que “aprofundou seu caráter de país dependente e submisso aos centros econômicos do mundo” (*idem*:97).

Conforme o autor explica, este foi o contexto em que o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, direciona-se para o recrutamento de parte destas massas sobrantes no espaço urbano das grandes cidades, nas suas periferias com objetivo de recrutar parte desta população formada por expulsos do campo desde o processo de industrialização e pelo processo de modernização conservadora.

Entendemos então que a origem da questão urbana remonta ao processo de nossa formação histórica de país e também de como se realizou a inserção do Brasil no sistema capitalista de forma desigual e combinada, ou seja, o Brasil torna-se dependente e associado ao capital dos países centrais. Esta ação sempre foi comandada pela burguesia nacional desde sua constituição no período subjacente ao domínio das oligarquias rurais com a formação de uma burguesia industrial, através de alianças acordadas pelo ‘alto’ sem a participação da classe trabalhadora, apesar dos trabalhadores tensionarem suas demandas via políticas sociais pontuais.

1.2 Reforma Urbana no Brasil

Esta seção tem o propósito de contribuir com uma compreensão da trajetória das propostas relacionadas à questão urbana e da pauta da reforma urbana nas ‘reformas de base’ até sua configuração nos dias atuais.

O texto de Flamarion Dutra Alves e Ana Rute do Vale (2013) nos fornece uma cronologia de acontecimentos a respeito do início das discussões sobre reforma urbana. Conforme os autores, a proposta de uma Reforma Urbana nas cidades brasileiras foi inicialmente formulada no Congresso de 1963, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, quando segmentos progressistas da sociedade brasileira demandavam reformas estruturais da questão fundiária, sendo a principal a Reforma Agrária. A pauta da Reforma Urbana em 1964 estava inserida na pauta das reformas de base do governo João Goulart, mas, com o Golpe Civil-Militar, tais propostas ficaram inviabilizadas até 1984.

O regime militar cria o BNH (Banco Nacional de Habitação) e absorve a pauta da moradia, favorecendo as classes médias emergentes: conjuntos habitacionais foram construídos sem acesso à urbanidade, longe das regiões centrais, não atendendo a setores

populares e consolidando o sistema de reprodução do capital imobiliário. Vasconcelos (2015) nos informa também que o modelo de financiamento adotado, nacionalmente, em 1966, estava fundado na captação de recursos de poupança através do FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Emprego – SBPE, que conformavam o Sistema Nacional de Habitação – SNH.

A temática da Reforma Urbana reaparece nos anos 1970 e 1980, período de surgimento dos ‘novos personagens que entram em cena’ (Sader, 1995), isto é, os movimentos sociais e suas reivindicações por direitos. A igreja católica se destaca com sua contribuição ao lançar o documento ‘Ação Pastoral e Solo Urbano’ que defendia a função social da propriedade urbana. O êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades provocam mudanças profundas no cenário urbano.

Segundo Costa (2012:102-103), o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) surgiu no processo constituinte, em 1987, como articulação social em torno das discussões do que se definia como relativo à questão urbana. “Algumas circunstâncias contribuíram para a criação das condições de articulação de novos movimentos sociais com foco nos problemas urbanos e demandas por cidadania e pelo direito à cidade, que antecederam o surgimento do MNRU”. A articulação desses diversos atores sociais, a princípio, teve caráter local de reivindicação por moradia e, na sequência, depois do Regime Militar incorpora o direito à cidade.

Originado da ANSUR³, criada em 1979, a partir de iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da CNBB, como atestam Baldez e Maricato⁴(2012), o MNRU articulou a participação de diversas organizações ligadas à temática urbana a partir do processo Constituinte de 1988, onde assumiram a tarefa de elaborar uma proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana, a ser incorporada à Constituição. Formularam uma proposta jurídico-institucional avançada, com a contribuição das lutas e práticas das lutas populares, objetivando modificar o perfil das cidades brasileiras pela elaboração de políticas públicas, ainda que em nível jurídico-legal.

³ Articulação Nacional de Solo Urbano criada em 1983, junto à CPT, para dar apoio às discussões dos movimentos sociais sobre o solo urbano. Mais informações ver Costa, 2012, capítulo 2.1

4 COSTA. 2012. p.102-103

A luta por Reforma Urbana, consolidada como direito à cidade e de condições dignas para todos os habitantes, na proposta de emenda popular do MNRU, trazia a função social da propriedade como sendo a maior ameaça aos grupos conservadores pelo que poderia representar de constrangimento ao direito de propriedade. Reivindicava-se mecanismos de controle público do exercício do direito à cidade, garantindo a participação popular na elaboração do Plano Diretor dos municípios.

Após a Constituinte, forma-se o Fórum Nacional da Reforma Urbana, com objetivo imediato de pressionar o congresso para regulamentar o capítulo da política urbana. A partir de 1990, com a criação das leis orgânicas dos municípios, as entidades articuladas no FNRU exercem uma atuação importante, nas principais cidades brasileiras, para a incorporação da cultura do direito à cidade, no campo das políticas urbanas e habitacionais locais, produzindo interlocuções na sociedade civil e em eventos internacionais. Em 1996, o Brasil é representado na Conferência Habitat II que estabeleceu o direito à moradia adequada como direito humano.

Em 1991, foi levado ao Congresso, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular, subscrito ‘por mais de 800 mil assinaturas’ criando um Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP). Esse projeto foi elaborado por movimentos de moradia que se organizaram, inicialmente, pela ANSUR (Paz,1996:110). Entre as organizações estavam a CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores, a CMP – Central dos Movimentos Populares, a UNMP – União Nacional por Moradia Popular e o MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia, os quatro movimentos nacionais que vieram a compor o FNRU.

Cabe destacar também através do estudo de Costa sobre a trajetória do FNRU e do Partido dos Trabalhadores que, em 1988, conforme afirma Maricato (Apud Costa 2012), o tema da Reforma Urbana era ignorado pelo PT. Não é intenção neste trabalho aprofundar esta questão, mas é importante conhecer o desenrolar das articulações estabelecidas a partir das “transformações ocorridas na sociedade brasileira, no curso da década de 1990”, que “revelaram os limites históricos de bandeiras de luta dos anos 80” (COSTA, 2012:70). Na análise da autora, no processo de ajustes neoliberais, constitutivos do processo de globalização, há um “esgarçamento do tecido social”, ou

seja, “nesta vertente, a realidade periférica e complexa da vida nas cidades é resultado do colapso da periferia do capitalismo - incluído neste, tanto a ruína do socialismo real como o início das décadas perdidas da América Latina – e do desemprego estrutural no centro” (COSTA, 2012:170).

Estes fatores implicam em regressões sociais, mas também na contracorrente das imposições da mundialização, surgem profissionais e militantes do campo político-intelectual da reforma urbana, à frente das prefeituras progressistas, que vão moldando seus fazeres às mudanças decorrentes do processo de acumulação da produção capitalista da cidade. Profissionais de segmentos organizados em torno da FNRU edificam, junto com o partido (PT), um certo fortalecimento do projeto de reforma urbana a partir das conquistas políticas de administrações municipais.

Veremos com mais atenção sobre os movimentos sociais e o surgimento dos novos atores sociais no segundo capítulo deste trabalho, contextualizando o cenário político e as experiências vivenciadas, e o que diferencia os atores sociais dos anos 80 das massas que resistem no cenário atual. Analisaremos esta conjuntura principalmente a partir de 2009 com a implementação do MCMV- Minha Casa Minha Vida, hoje o principal programa habitacional do atual governo petista.

No tempo presente as palavras de Vasconcelos traduzem o significado das lutas e ações vinculadas à questão urbana:

Entende-se Reforma Urbana como a luta por sentidos interpretativos de justiça social diante das contradições produzidas pelo sistema capitalista no espaço urbano. A contradição principal é a própria contradição do sistema capitalista: a riqueza é produzida por toda a coletividade, toda a sociedade, mas é apropriada por determinada classe social. Com as cidades não é diferente – elas são produzidas coletivamente, mas uma pequena parcela da sociedade tem acesso verdadeiramente a ela no que toca ao exercício de direitos – lazer, cultura, transporte, saúde, trabalho não alienado (VASCONCELOS, 2015:14).

Observamos então que pela trajetória da luta por Reforma Urbana, para além de uma “bandeira” do direito à cidade, hoje os ‘avanços’ ainda tão festejados pelo FNRU na realidade só existem no âmbito das relações institucionais e profissionais do campo

político-intelectual da reforma urbana do Brasil (COSTA, 2012:71). Neste campo, diante da realidade adversa das remoções e despejos que enfrentam os trabalhadores em luta por terra e moradia, a autora afirma que há uma despolitização do debate sobre o caráter espoliador das políticas públicas nas cidades brasileiras:

Na reforma urbana despolitizada é muito “natural” que o FNRU manifeste apoio ao “fim dos despejos forçados”, não obstante se apresente com um discurso apologético em favor do governo, que financia, em grande parte, esses despejos. Como o FNRU não pode colocar-se a favor dos despejos, cria uma forma de confrontar-se contra os efeitos das políticas que apoia e, assim, continuar a alimentar o campo simbólico da luta contra a cidade excludente, construído a partir dos anos 1980, sem entrar em choque contra o cerne da política que produz os despejos, de cuja construção também participa (COSTA, 2012:272).

Costa aponta ainda que, ao não fazer “o debate político e confrontar-se com o porquê das políticas do governo não atenderem aos princípios não excludentes da reforma urbana” o FNRU se mantém numa zona de conforto em sua função de gestor da crise social, numa relação ambígua de, ao mesmo tempo, ir contra os despejos forçados e, no papel de mediador de conflitos, protagonizar a política de governo que produz as remoções. Estas argumentações da autora nos apontam para a percepção dos limites da luta jurídico-institucional porque, sendo a institucionalidade “um valor inquestionável”, “não há possibilidade de luta fora do Estado”. Sendo assim, o FNRU considera como “conquistas”, os “avanços” celebrados no campo da institucionalidade, já que é “o Estado, através da regulação, seu objetivo último e essencial para a transformação da cidade excludente”, “é próprio dessa lógica que quaisquer medidas nesse sentido sejam computadas como avanços” (*idem*: 277).

Neste contexto, Harvey (2008:171) discute a acumulação por espoliação (termo que utiliza para explicar a principal realização do ideário neoliberal: redistribuir em vez de criar riqueza e renda) e suas características. O autor analisa o papel do Estado como agente de políticas distributivas que podem ser favoráveis para as classes baixas, mas em longo prazo podem ser a causa geradora da formação das massas sem-teto, devido à

especulação. O caráter especulativo da acumulação por espoliação atinge, principalmente, a produção habitacional. Decorre daí um processo de gentrificação⁵, que fica evidente na especulação imobiliária que expulsa os pobres para as periferias, ficando as áreas centrais e infraestruturadas, financeiramente acessíveis apenas para as camadas mais ricas.

Por outro lado, destacamos a importância das lutas urbanas de 1980 quando do surgimento dos sujeitos sociais de ‘outro tipo’, sujeitos coletivos que fazem emergir na luta por moradia a eminência de se pensar uma cidade fora do horizonte da desigualdade. Centrada na efetivação de serviços públicos por via do Estado.

Neste período na periferia de Belo Horizonte, o que se pautava nas lutas coletivas era o reconhecimento das favelas como integrantes do cenário urbano, mesmo com o limite da institucionalização, tinham o cerne da ampliação de possibilidades para construção de novas sociabilidades enquanto território específico.

Nos anos 1990 com a mudança da matriz produtiva configurada pelo desemprego estrutural e consequente aumento das massas sobrantes nas periferias das cidades e este limite institucional formam determinantes para uma integração dos movimentos sociais à ordem de forma dependente do Estado via políticas públicas pontuais, enfraquecendo a atuação política e com isso perdendo as potencialidades de criação e consolidação de sociabilidades de formas coletivas de efetivação de demandas no direito à moradia, mesmo sendo estas lutas mais ligadas a questão territorial (periferias das grandes cidades).

As lutas por moradia na atualidade explodem nas periferias de formas organizadas ou espontâneas e demonstram pelo seu conteúdo reivindicativo a grande variedade de possibilidades de construção coletiva para além de direitos já conquistados e do Estado,

5 Entende-se por gentrificação o processo de revitalização dos espaços urbanos ou a aparente substituição de paisagens de caráter popular por construções típicas de áreas nobres. Trata-se de um processo em que o espaço geográfico urbano transforma-se e ressignifica-se, sobretudo em função da valorização acentuada e do enobrecimento de uma área antes considerada periférica. Muitas vezes, as áreas periféricas de uma cidade formam-se de maneira não planejada, seja através de invasões, seja através de uma expansão descontrolada de loteamentos imobiliários em áreas afastadas. Esses locais, quase sempre sem infraestrutura básica (como saneamento, asfalto e transporte público de qualidade), sofrem pela sua distância em relação aos principais centros urbanos da cidade.

são lutas que contam com uma rede de apoio em vários âmbitos na sociedade, no meio acadêmico, na arte, nas mídias alternativas e de uma militância questionadora da apropriação privada dos espaços da cidade. São ações constituídas que se tornam pré-condições para outra perspectiva que supere a dissolução da forma social que engendra a barbárie e propiciem como propõe Menegat (2012:51) um outro papel da cidade na organização destes sujeitos coletivos: “A cidade, neste sentido, ocupa o lugar de território de organização do sujeito coletivo que em outro momento coube à fábrica.”, principalmente porque as massas dispersas em territórios cujas formas de moradia são em grande parte realizadas sob formas de sociabilidades em que a cooperação e a solidariedade são as fontes de resistência e dos enfrentamentos.

Com suporte em Maricato, Mont’Mór (2000) também afirma que “as teorias pensadas no centro dos países capitalistas e apropriadas pela periferia muitas vezes representam ‘ideias fora do lugar’ aplicadas em áreas seletivas e deixando grande parte das cidades como ‘lugares fora das ideias’”. Neste sentido, Menegat (2012:52) nos adverte: “Pensar o território como espaço de organização da luta contra o capital, porém é um grande desafio”, em especial, no que toca a realidade atual “onde diversos movimentos sociais vêm articulando ações que combinam elementos típicos das lutas tradicionais da história do movimento da classe trabalhadora com novas formas territoriais de organização da luta”.

Este desafio é, na atualidade, a proposta de vários movimentos de luta por moradia, movimentos urbanos que experimentam partindo de suas necessidades imediatas como ter uma moradia, acesso à educação, ao lazer, aos benefícios do acesso à cidade para além de garantia de direitos, mas também rumo à emancipação efetiva. É o que Vasconcelos (2015) nos apresenta em sua reflexão sobre o direito à cidade como relacionado a uma vida digna, plena de direitos efetivos, e define como reforma urbana o conceito de cidade inspirado em David Harvey (2011:22): “transformação das cidades em outras cidades possíveis que atendam aos interesses de todos, cidades que sejam regidas pelos reais interesses e efetivação de direitos de seus habitantes”.

Esta é perspectiva de direito à cidade que propõe a luta por moradia em Belo Horizonte e alguns municípios da região metropolitana e de outras regiões de Minas

Gerais, como por exemplo: Neves, Contagem, Betim, Santa Luzia, e Timóteo, regiões e municípios onde atualmente existem formas organizativas de sem-teto realizadas pelas Brigadas Populares através das suas frentes de luta.

Podemos constatar isto pelo número expressivo de ocupações, muitas realizadas de forma espontânea a princípio, outras de forma organizada, seja pelas Brigadas Populares, seja pelo MLB (Movimento de Luta em Bairros, Vilas e Favelas), por outros partidos e movimentos sociais. Há importante contribuição da CPT-MG pela intermediação de Frei Gilvander, através de sua dedicação no acompanhamento às ocupações de terra e às ocupações urbanas, construindo um valioso acervo de imagens e levantamentos por meio de documentários com informações importantes e desfecho dos conflitos nas áreas ocupadas.⁶

1.2.1 Sobre a periferia da cidade de Belo Horizonte

Belo Horizonte, projetada para abrigar 200.000 moradores ligados à atividade administrativa, foi fundada em 1897 para ser sede do estado de Minas Gerais. Sua história é pautada pela exclusão desde a fundação, quando os antigos moradores do arraial foram expulsos da região central. Durante o século XX, a cidade foi sendo gradativamente ocupada: em suas áreas centrais, pela função residencial de elite, com alguns enclaves comerciais; em suas áreas mais periféricas pelos trabalhadores de baixa renda; e, em seguida, pelo uso de apoio aos ciclos industriais regionais. Estes são dados do portal da PBH (Portal da prefeitura de Belo Horizonte) e da página da URBEL – Companhia Urbanística de Belo Horizonte, que descreve o projeto de Aarão Reis - engenheiro responsável pelo planejamento da cidade de Belo Horizonte – que não previa lugar para alojar os trabalhadores. Daí o surgimento de favelas em BH ter origem na época de sua construção já que estes trabalhadores foram construindo suas moradias no entorno das obras iniciais.

Conforme Vasconcelos (2015), em Belo Horizonte no ano de 1912, quinze anos após a inauguração da nova capital de MG, 60% da população já morava fora do raio da

⁶ Informações do Blog do Frei Gilvander: <http://freigilvander.blogspot.com.br/>

cidade planejada. Foram os trabalhadores que ergueram a cidade, mas não podiam morar nela, que constituíram as primeiras favelas. Conforme Portal da Prefeitura de BH, pelo menos 307 mil pessoas vivem em 169 áreas irregulares como favelas, vilas e invasões em BH. Três destas favelas estão entre as 100 maiores do país. O déficit habitacional em BH em 2013 conforme dados da Fundação João Pinheiro é de 78.340 unidades.

Conforme estudo de Riquelme (2008) sobre a questão urbana em BH, seu planejamento do espaço urbano, já originalmente, imprimia a marca da segregação social. A cidade, no traçado do plano inicial, foi dividida em três zonas como citado anteriormente: urbana, suburbana e rural. Na urbana, localizavam-se os equipamentos institucionais e serviços onde a elite se instalou com suas residências (funcionários do governo, segmentos mais abastados); a suburbana, com sítios de pequena lavoura constituída de bairros marginais inicialmente surgidos com a população pobre de operários da construção civil e imigrantes pobres; e as áreas rurais, destinadas à produção de alimentos para a cidade.

Estes fatores são explicáveis através de uma análise aprofundada de Menegat (2013), quando diz que a “segregação dos territórios sempre foi uma heterotopia perseguida pela sociedade de classes”. Quer dizer a fragmentação dos territórios que impacta as classes subalternas, devido à “construção de dois territórios dentro de uma mesma sociedade”. Menegat, em seu artigo “A guerra civil no Brasil”, define com este conceito as separações que são impostas pela lógica capitalista da exploração e a violência, que caracterizam a “estratégia de espacialização da dinâmica de classes”.

Assim, os muros da segregação vão desde os reais espaços de distinção nas unidades urbanas até os argumentos que procuram, sob ilusões construídas num universo comum de valores, fundamentar a separação como destino compartilhado produzido pelo acaso de escolhas individuais equivocadas (MENEGAT, 2013:11-12).

O autor explica também como esta lógica incide sobre a função do Estado no processo ‘seletivo’ quando despolariza os conflitos, reduzindo-os a um ‘problema penal’ ‘ao tratar toda desordem social como caso de polícia’. Estes são alguns fatores determinantes que naturalizam e justificam os genocídios, em nome desta ‘seleção social’

que garante a livre ‘acumulação do capital nos tempos de sua crise estrutural’. A maior evidência disso é, seguindo a análise do autor, “as opressões étnicas (negros, árabes, índios) o local de moradia (pobres da periferia) ou as formas de atuação (movimentos sociais), constituindo o estado de barbárie das relações sociais de uma sociedade’ que se desmorona e se mantém” (MENEGAT, 2012:50).

Sobre a conformação da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Matos (2005) apresenta dados que mostram uma característica peculiar relacionada à origem dos migrantes que aportam em suas periferias. Os migrantes pobres que buscam a RMBH são originários dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, e também das Bacias do São Francisco. A periferia urbana de BH é mais fragmentada e menos compacta do que a de São Paulo, no entanto, esta se alonga para a RMBH e o chamado colar metropolitano. Ou seja, estas cidades recebem os pobres que são expulsos do centro urbano para as periferias, os imigrantes que aportam em BH, mas pouco tempo depois remigram para os municípios periféricos. Belo Horizonte é o maior fornecedor de migrantes recentes para sua ampla periferia. A expulsão desta população do centro urbano para a periferia lança-os na pobreza. Contudo, a grande cidade mais acolhe que expulsa se pensarmos a cidade como um grande espaço conurbado, mesmo que integre dezenas de municípios (RALFO, 2005:71-105).

Cabe ressaltar que a ligação entre as áreas centrais e seus alongamentos periféricos, facilitados pelas opções de transporte, permitidas pela existência de anéis rodoviários e vias arteriais, proporcionam alternativas de moradia nos municípios periféricos para pobres e não pobres. Estas possibilidades ajudam a explicar a formação de periferias distantes, além do fato de muitos municípios desempenharem a função de cidades-dormitório pela ligação de seus moradores ao núcleo metropolitano, sendo este o local de trabalho destas pessoas.⁷

Estes fatores, conforme o autor citado, contribuem para uma dinâmica espacial em que convivem num espaço geográfico pequeno, pobres e estratos da classe média e alta.

7 Migração pendular – pessoas que moram na região metropolitana mas tem seu local de trabalho no núcleo urbano. Entre 1980 e 2000 aumentou a proporção de pessoas que fazem migração pendular na RMBH.

Há espaços com população de migrantes e não migrantes em iguais condições de pobreza, mas também há famílias de classe média e alta, que buscam moradias fora dos centros urbanos, num processo de “dispersão populacional e fuga dos constrangimentos sócio-espaciais da grande cidade” (RALFO, 2005). O mercado imobiliário aproveita esta tendência para construir os condomínios fechados para os abastados, mas no entorno proliferam as ocupações da população de baixa renda. É mais uma das expressões da expansão do tecido urbano em nome da especulação imobiliária acirrando a segregação social.

1.2.2 Direito à cidade

Na definição de Lefebvre, “as cidades são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos)” (Lefebvre.2001;12). Sendo a cidade mesmo uma obra que tem um valor de uso, mas a produção que advém de sua dinâmica, principalmente em tempos de ventos neoliberais torna-se ‘cidade-mercadoria’- resulta em valor de troca.

Mas aqui a intenção na reflexão sobre os conflitos entre as classes é sobre o papel do Estado como repressor subserviente das classes dominantes e em vias de colapso frente ao estado de barbárie instalado. Seguindo a análise de Menegat (2012), além do desmonte de parte deste aparelho estatal, principalmente, depois de 1990, com a reestruturação produtiva e o ideário neoliberal, ‘reduzem o horizonte de ações que possam dar alguma satisfação às demandas dessas massas de ‘sobrantes’ que não tem mais como vender a única coisa que lhes resta, ou seja, sua força de trabalho, então tornam-se inúteis. Com prevalência de violência extremada contra as mulheres e a população negra, onde os jovens são o alvo por excelência de extermínio dos que sobram.

É nas periferias das grandes cidades que estão todos estes atores sociais, num cenário aterrorizante em que nem os direitos fundamentais são garantidos. O espaço urbano adquire sua face mais obscura das relações sociais de guerra iminente.

Numa reflexão sobre todos estes fatores e intervenções acerca da questão urbana, considerando os atores sociais das lutas de antes e a conformação das massas sobrantes

de hoje, abordaremos no capítulo a seguir, as relações forjadas na cidade pelo valor de uso, como as lutas coletivas no enfrentamento direto à cidade, e no valor de troca, expressa numa cidade-mercadoria. Na explicação de Lefebvre (2001) o embate do valor de uso das cidades, a expressão dos direitos e sua efetivação, e o valor de troca expresso na mercantilização do espaço e dos serviços essenciais à boa manutenção da vida urbana, são características da cidade cindida, separada por cercas reais e imaginárias.

Neste sentido Harvey (2011), ao tratar das consequências do processo neoliberalizante em que tudo se transforma em mercadoria, nos adverte sobre o significado da aceitação e submissão em honra ao “mérito” de pertencer ao mundo do consumismo e das benesses privilegiadas.

Este autor enfatiza que em vez dos direitos inalienáveis à propriedade privada e à taxa de lucro, possam se estender universalmente os direitos a outras concepções ligadas seja aos alimentos de qualidade, seja a manifestações de liberdade de expressão, ou a garantia do acesso à cidade e suas benfeitorias com moradias dignas. Uma cidade onde caibam todas as formas que substanciam a plenitude e efetividade dos direitos sociais: “As lutas políticas em torno da concepção de direitos adequada, e mesmo da própria liberdade, passam ao primeiro plano na busca de alternativas” (HARVEY, 2008:195).

Em consonância com Harvey, Vasconcelos nos traz uma análise valiosa para compreensão do contexto atual de luta por moradia e do direito à cidade no que se refere aos sujeitos políticos nascidos na luta coletiva, na dimensão das lutas populares, forjados em processos e contextos diferenciados.

As lutas que se travam no espaço urbano demonstram que não há sujeito político previamente definido e que seja sujeito privilegiado de processos de transformação social. A história está aberta em suas várias temporalidades e seu sentido e percepção são fruto de processos plurais, sujeitos políticos que se constroem no jogo de suas próprias contradições, na busca de unidade pelo direito à cidade e forjados nas mais diversas formas da reprodução da vida cotidiana nas cidades (VASCONCELOS, 2015:24).

No que se refere à luta por moradia no início da década de 1980 em Belo Horizonte já se formava um ‘polo de luta’ engajado pela reivindicação ao acesso à terra urbana na perspectiva de reconhecimento de direitos e que deram a tônica da força política pelo reconhecimento também dos setores favelados na cidade.

Em seu estudo sobre esta temática o autor citado acima constata que as mobilizações de movimentos populares urbanos resultaram à época na aprovação de uma legislação inédita até então no Brasil de regularização fundiária – o PROFAVELA.⁸

Acrescenta ainda Vasconcelos que no contexto de disputa na redemocratização, esta articulação por uma nova esfera institucional de reconhecimento de direitos, reconheceu as favelas como parte da formação do território da cidade de Belo Horizonte.

Neste sentido, os novos sujeitos políticos surgidos no contexto da redemocratização desempenharam papel determinante para a aprovação de uma legislação que atendesse não só às demandas dos setores favelados, mas proporcionasse o acesso a um direito à regularização fundiária de territórios não considerados como parte que constitui a cidade.

Portanto ao referir-se às lutas políticas por direitos na conceituação de Harvey, que as lutas políticas por direitos direcionam à busca de alternativas onde sujeitos políticos se constroem em processos plurais e em meio a contradições inerentes a estes, na busca por unidade pelo direito à cidade.

8 PROFAVELA –Programa Municipal de Regulamentação de Favelas- Lei Municipal nº 3532- 83 e seu Decreto Regulamentar nº 4762- 84 , compõem a legislação geral.

2. QUEM SÃO AS MASSAS SEM-TETO?

As massas sem-teto integram o contingente das massas urbanas e crescem vertiginosamente, logo comportam consequências ainda mais drásticas ao estado de barbárie instalado. Desde o início do processo de modernização conservadora destacando os anos 1990, com a da globalização e o desmonte do Estado caracterizam um outro processo generalizado que pode ser de um modo geral resumido em dois momentos: as massas desempregadas devido aos atrasos do desenvolvimento desigual e combinado somam-se às massas desempregadas pelo pleno desenvolvimento do capitalismo conformando a dinâmica da questão urbana.

Ao abordar sobre o problema da moradia no Brasil, Boulos (2012) destaca alguns pontos fundamentais: o déficit habitacional composto por dados quantitativos (número de famílias que não tem casa) e qualitativos (número de famílias que moram em situação inadequada). O autor vê aí a origem da barbárie: caos e violência, ambos gerados pela enorme desigualdade decorrente de uma lógica onde os interesses de uma minoria caracterizados pela segregação, pela separação da cidade entre ricos e pobres.

O autor destaca alguns pontos fundamentais sobre o problema da moradia no Brasil. Indica dados sobre a população excedente nas periferias das grandes cidades ao analisar os estudos da FJP – Fundação João Pinheiro, de 2007 e 2008, são (6.273.000) seis milhões duzentos e setenta e três mil famílias sem-teto, considerando que os sem-teto não são só as pessoas em situação de rua, mas também há os que trabalham informalmente e sem direitos assegurados. Destes 22 milhões de pessoas sem casa, 39% vivem em situação de coabitação familiar e 32% tem ônus excessivo com aluguel. Analisando pelo déficit habitacional qualitativo, ou seja, pessoas vivendo sem as condições básicas de vida digna são 53 milhões de pessoas, isto é, um terço da população brasileira sem acesso à infraestrutura e serviços básicos. (Boulos, 2012:14)

Situando este contexto na RMBH, conforme dados da FJP (2014) o número de famílias sem casa atinge a marca de 115.045 e em Minas Gerais 454.080. O déficit habitacional em Belo Horizonte (FJP, 2013) é de 78.340 unidades.

As ocupações urbanas realizadas por meio de ações organizadas ou de forma espontânea são na maioria das vezes a única forma que estas famílias encontram para acessar o direito à moradia, impossível fazê-lo pela via do mercado formal.

Fica evidente que os processos de urbanização e de acesso ao espaço urbano necessitam ser pensados numa lógica de efetivação dos direitos. As lutas urbanas por moradia realizadas pelos movimentos sociais urbanos são determinantes no sentido de pressionarem o poder público, mas também a questão urbana da falta de moradia sobre qual modelo de cidade será efetivamente apropriado.

2.1.1 Movimentos sociais urbanos em dois tempos: rupturas e continuidades

Na análise dos anos 1980, partindo do contexto estrutural em que “a indústria se tornou o eixo central da acumulação do capital no país”, teremos uma melhor compreensão se pensarmos quando a industrialização se instala no Brasil na forma mais avançada tecnicamente propiciando a formação de um Exército Industrial de Reserva decorrente do processo de êxodo rural acrescido da população pobre que já existia nas periferias das grandes cidades.

A utilização de tecnologia avançada dispensa, em termos, força de trabalho que se torna excedente e conforma uma massa disponível que permite que se estabeleça a superexploração dos trabalhadores. Parte destes trabalhadores que não estão inseridos no regime formal é absorvida pelo setor informal.

Menegat nos traz outros elementos sobre a composição desta população excedente dentro da dinâmica da acumulação capitalista deste período:

O crescimento acelerado da economia, e da indústria em particular até meados da década de 1970, associado ao investimento em grandes obras de infraestrutura, permitiu reduzir o impacto desta população excedente sobre a estrutura social e suas dificuldades para conseguir os meios elementares de existência (2013:92).

O autor, ao analisar a crise que se instala neste período de 1980, faz um apontamento partindo do significado do golpe de 1964 como uma reação às crescentes tensões, quando as classes subalternas do campo e da cidade sofriam as consequências da implementação da modernização conservadora num processo tardio em relação ao capitalismo mundial. Estas massas sobrantes que se formavam neste processo acelerado de industrialização puderam exercer a democracia através dos direitos civis e políticos, porém explica o autor, que as consequências das conquistas de direitos e o exercício democrático, num momento em que o capital necessitava incorporar grandes quantidades de trabalho em sua expansão.

Se tais conquistas e a liberdade de reivindicações traziam um horizonte histórico de combate ‘ao estado de barbárie permanente’ no sentido de combater a superexploração do trabalho e a miséria das grandes cidades, este momento democrático caracterizado pela distribuição de riquezas acaba deixando parte da população excedente na condição de sobrantes. Isto porque o estado democrático de direito se tornou fraco numa época em que o ideário neoliberal já pairava nos países periféricos, e a crise global do capitalismo em sua busca constante por acumulação não poderia mais conter a ‘tensão distributiva’. Trava-se uma competição nos setores industriais, onde competidores de outros países utilizam técnicas avançadas e regimes de superexploração agravando a situação das massas de excedentes e seu conseqüente aumento. Além disso, a continuidade do êxodo rural determinado pelo modelo de modernização voltado a exportação, mas dissonante do modelo de desenvolvimento interno não propiciaram condições favoráveis à absorção de força de trabalho para todos os trabalhadores na cidade.

Menegat nos alerta sobre a barbárie que se vislumbra, e prenuncia o que virá na década seguinte, os anos 1990, onde estas “massas humanas excedentes ‘acima do normal’, agora já sem a perspectiva de iludir seu estado, são o sintoma de uma sociedade sem rumo que desmorona ao mesmo tempo que se mantêm” (2013:95).

Neste contexto, os movimentos sociais de resistência devem conformar em suas ações coletivas outras formas de luta que consigam superar a mera distribuição de riquezas em estratégias e sobrevivência imediata. No caso dos movimentos de luta por

moradia urbana ou por terra estas ações devem conter a própria forma organizativa da sobrevivência.

Levamos em consideração que práticas anteriores de experiências de resistência são essenciais. As lutas do passado fornecem elementos que potencializam a totalidade das ações atuais, porém é necessário concebê-las pensando em formas de conteúdos novos, a superação da forma social.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), neste momento histórico, prenunciava estas novas formas. O processo de modernização conservadora expulsou massas de trabalhadores do campo pressionadas pela modernização das máquinas e da agricultura, aumentando as massas dos trabalhadores expulsos do campo pelo processo de industrialização desde a década de 1950.

As características dos novos movimentos sociais, exemplificadas pelas práticas do MST na segunda metade dos anos 1980 e na década seguinte, configuraram um momento de luta anticapitalista onde esta organização passou a recrutar pessoas nas periferias das cidades para ações de ocupação de terras. Respaldados pelas lutas anteriores de experiências organizativas diversas, utilizando práticas já vivenciadas que darão conteúdo para práticas futuras que municiam outras organizações nas lutas sociais, principalmente na luta por moradia, que “provavelmente surgirão mais diretamente ligadas ao espaço urbano” (MENEGAT, 2013: 99).

Ao analisar a formação de massas em tempos de barbárie, Menegat (2012) traz um debate acerca do “conceito elástico de trabalho” elaborado pelo marxismo tradicional que insiste em conceituar as massas sobrantes como trabalhadores. Ocorre que se grande parte da população busca realizar a reprodução da vida sem que consiga efetivamente vender a sua força de trabalho e sem ter sequer perspectivas nesse sentido não é possível afirmar o seu pertencimento à classe trabalhadora no sentido clássico.

Esta é na análise do autor, uma das dimensões possíveis para se pensar a formação de massas: a dimensão do território. A construção de alternativas de enfrentamento (negação) ao “sujeito automático”, nesta lógica hipotética do autor, é impossível de se realizar. Reitera o autor que as massas que sobram são uma redundância, o que se constata na “impossibilidade de esta forma continuar ou (vir a ser) a condição de

existência para milhões de indivíduos”. Mesmo porque se não podem vender, nem podem consumir, também não podem ser parte desta sociedade produtora de mercadorias.

Os movimentos sociais surgidos nos períodos propostos neste trabalho, 1980 e 1990, apresentam em seus sujeitos coletivos semelhanças e diferenças fundamentais para se pensar questões urgentes postas como desafios para as organizações a partir do território.

Nos anos 1980, o trabalhador formal ou o trabalhador clássico, no processo social de então, compôs um sujeito coletivo formado na tensão social de enfrentamentos e resistências a partir do local de produção e em várias formas de vida social comum. Nos anos 1990, a contrarreforma incorporou novas dimensões levando a impossibilidades de se concretizar a negação do capital: “Se o proletariado, como trabalhador coletivo, não realizou a expectativa de criar as condições de negação do capital dando início a uma forma social autoconsciente, de onde poderiam, nesta altura da crise estrutural do capitalismo, surgir alternativas, e que tipo de alternativas seriam estas?” (MENEGAT, 2012:72)

A dimensão do território seria então a possibilidade alternativa para organizações de novo tipo, como o MST iniciou reunindo em suas fileiras integrantes destas massas sobrantes, no campo e na cidade. Hoje fica o desafio para esta organização interpretar a metamorfose que o constitui.

Vasconcelos (2015) comenta sobre este aspecto de dimensão de territórios nas lutas urbanas nas organizações de luta por moradia, pautados exatamente nas possibilidades de mudanças, nas novas formas de sociabilidades experimentadas para a consecução de um projeto de cidade e de sociedade construídas pela articulação dos atores sociais hoje caracterizados pelas massas sobrantes das periferias das grandes cidades, pela luta antissistêmica.

2.1.2 O surgimento deste ator social nos anos 1980

Nos anos 1980, o período da transição democrática abriu horizontes e transformou o cenário referente às lutas populares e aos sujeitos políticos coletivos que surgiram

através de personagens novos “diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público” (SADER, 1995:36).

No estudo de Eder Sader sobre as experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo nos anos 1980, haveria uma “crise das matrizes discursivas clássicas, referindo-se à Igreja, ao sindicato e às esquerdas”, que deixam de ser para estes sujeitos novos a centralidade organizativa. Há a “emergência de novas identidades coletivas” na luta social, que se faz representar por setores sociais e novos padrões de práticas coletivas.

A saga dos movimentos populares sociais da região de São Paulo serviu de fatos e elementos para este autor realizar um minucioso estudo sobre a origem dos “novos personagens que entram em cena”, sendo os movimentos sociais populares, os novos atores, novos sujeitos políticos surgidos em consequência da crise das instituições que centralizavam as lutas até então. Mas isso não se dá sem mudanças importantes também na sociedade civil. O impacto do efervescente movimento operário e a emergência dos grupos populares na luta por direitos indicavam a emergência de novas identidades coletivas.

No contexto político de fim da década de 1970 “as classes trabalhadoras foram vistas completamente subjugadas pela lógica do capital e pela dominação de um estado onipotente”. Especificamente nesta época tratava-se da população migrante do período da industrialização oriundas do campo que, ao chegar na metrópole, é atingida pelas imposições estruturais do mercado de trabalho e, segregada, perde a representação de sua identidade cultural pela ação estatal alienante e dominadora. Na análise do autor, até suas estratégias de sobrevivência são utilizadas para atender às exigências funcionais de reprodução capitalista, como “a autoconstrução, mecanismo pelo qual a população mais pobre resolveu seu problema habitacional, barateava os custos da reprodução da força de trabalho, permitindo um rebaixamento dos salários reais” (SADER, 1995: 35). O autor indica na análise os elementos que demarcaram “as diferenças das práticas e condições de existência dos trabalhadores” nas representações elaboradas no início da década de 1970 e no final desta.

Reitera Sader, diante das condições dos trabalhadores que tiveram suas práticas sociais subsumidas pela “lógica do capital e de seu Estado”, estes fatores explicam porque denominavam de irrupção de movimentos operários e populares no final da década de 1970. Era a contestação à ordem estabelecida. O novo sindicalismo e os novos movimentos de bairro desenvolveram um processo de auto-organização determinado pela condição que propiciava o surgimento de novos sujeitos políticos forjados em práticas que contestavam a ordem vigente.

As novas práticas e discursos são traduzidos pela “significação primordial que permite o diálogo que é o estabelecimento de identidades”. Define assim o autor a gênese do sujeito coletivo:

Se pensarmos num sujeito coletivo, nós nos encontramos em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama de relações sociais nas quais ele se constituiu. Assim, se tomarmos um grupo de trabalhadores residentes numa determinada vila da periferia, podemos identificar suas carências, tanto de bens materiais necessários à sua reprodução quanto de ações e símbolos através dos quais eles se reconhecem naquilo que em cada caso, é considerado sua dignidade (*Idem*: 58).

Acerca da identificação do sujeito, neste caso como elaboração de identidades coletivas, para o autor “a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas” (SADER, 1995:55).

Os sujeitos coletivos, os movimentos sociais, surgem no contexto de um movimento operário intermitente constituído de migrantes que fez emergir as questões ligadas a suas necessidades materiais de reprodução numa perspectiva de “exercício da democracia”, favorecendo condições para conquistas e avanços advindos de lutas históricas, apesar de que, no processo que se seguiu nas décadas posteriores, os movimentos sociais tornam-se limitados pelas relações estatais conformadas por lutas forjadas no campo da institucionalidade, fazendo perder sua força de mobilização social.

Vemos adiante as mudanças ocorridas pelas inovações tecnológicas característica fundamental da crise estrutural no fim da década de 1970 que começa a se generalizar nos anos 1980. O desemprego estrutural é decorrente deste processo de ‘permanentes revoluções tecnológicas’ necessárias ao capital. Isto fica evidente quando analisamos na atualidade a composição ou a conformação da classe trabalhadora e os ‘sobrantes’ que integram o contingente ‘estacionado’ de pessoas nas periferias das metrópoles. Menegat (2013:88) as caracteriza como “as massas sem-teto nas periferias urbanas na época atual em que o sujeito coletivo não contém mais os indivíduos da classe trabalhadora em sua constituição clássica”.

Segundo explicação do mesmo autor, com a chamada Terceira Revolução Tecnocientífica, desde o pós-guerra há um deslocamento da força de trabalho, ou seja, o trabalho vivo é cada vez menos utilizado devido ao processo de automatização da produção, então no processo de produção social fica reduzida a participação do trabalho. Por esta razão há mudanças nas regulações, onde o próprio capital desregulado exige entre outros fatores “a capacidade de resistência dos trabalhadores”. Segundo Menegat (2012) uma das formas de mudança na constituição clássica citada acima explica-se pela “redução do caráter social, ou civilizatório, do capitalismo”, de onde se origina o crescente aumento da criminalidade.

O esgotamento deste caráter social remete aos laços elementares de sociabilidade que se davam em torno da produção social das necessidades e na distribuição e consumo das mesmas dentro dos marcos histórico-culturais dessa época. Estes laços se faziam representar no pacto entre as classes, que legitimava os Estados Nacionais e aparecia como a construção simbólica do reconhecimento de um espaço comum que era a sociedade. Tal universo simbólico, como vimos anteriormente, está desmoronando junto com o necessário recrudescimento da manutenção da segregação dos territórios em que o conceito de sociedade se realiza como unidade de momentos contrários. (MENEGAT, 2012: 21)

Equivale dizer que se o trabalho era a forma que se podia acessar, o consumo para a maior parte das pessoas da sociedade, com o alto desenvolvimento das forças

produtivas “que prescindem o trabalho humano, sem que no seu lugar se colocassem outras formas reflexivas de mediação da produção e da distribuição das necessidades sociais” (*idem*: 22).

Conforme ainda o autor, esta situação representa também a aceleração e o incremento da urbanização da humanidade, no qual “as massas expropriadas para as megacidades já superpovoadas produz um quadro explosivo de miséria, violência e catástrofes, sejam elas produzidas por epidemias ou por desastres urbano-ambientais” (*ibidem*:26).

Boulos (2012) afirma que o caos que gera a violência e esta, a barbárie, principalmente nas metrópoles obedece a uma lógica voltada a interesses de uma minoria. Segregação e separação entre ricos e pobres são partes integrantes, sendo a especulação imobiliária favorecida pela aliança entre o capital mobiliário com o Estado. A segregação é potencializada pela própria política habitacional dos governos e o Estado que através da polícia mantêm o controle dos pobres na periferia com repressão e extermínio, principalmente dos jovens negros. Observa-se assim a uma “cidade cindida” entre pobres e ricos.

A grande parte da população segregada faz enfrentamentos na forma de ocupações seja em terras rurais ou áreas urbanas. Essas ações seriam como uma retomada destas terras para transformá-las em moradia, com uma função social.

As ações de ocupação demonstram força de mobilização dos movimentos, seja em prédios públicos ou vazios, e em terras urbanas evidenciam principalmente nas periferias, onde a cidade expõe de forma contundente a segregação e desigualdade, a violenta questão urbana do problema da moradia no Brasil.

Para quem não tem moradia, situação de grande parte deste contingente de massas sem terra e sem teto concentrados nas periferias metropolitanas, participar de uma ocupação torna-se a única alternativa para esta necessidade imediata de ter uma casa, um teto para viver. São Paulo é a metrópole de maior expressão nestas lutas. Boulos (DATA:48) destaca que “o grande marco deste período foi em 1987 com ocupação simultânea de dezenas de terrenos, envolvendo cerca de 50 mil famílias”.

Em Belo Horizonte, a luta por moradia no início da década de 1980, formava um “polo de luta” pelos setores favelados. Destacam-se a UTP - União dos Trabalhadores da Periferia, a FAMOBH – Associação dos Moradores de Belo Horizonte, a Pastoral de Favelas e movimentos sociais, que como tal propiciaram a criação de um campo político de força social em torno do conflito que se estabeleceu na busca pela regularização e reconhecimento das favelas da cidade de BH (VASCONCELOS 2015:21).

O autor salienta que a partir das demandas pela pressão e mobilização ocorreu a formação de “um modo de inovação social”, ou seja a luta por Reforma Urbana em BH propiciou uma nova realidade social, e chama a atenção sobre a forma de constituição destes sujeitos coletivos que rompem com o individualismo e trazem a dimensão das lutas coletivas. Portanto, os movimentos sociais ainda neste período citado conseguem realizar a formação de sujeitos fundamentais na disputa pela cidade em todos os âmbitos, tais como: reconhecimento das favelas como legítimas e não apenas como política de produção de moradia, demonstração de que no espaço urbano não há sujeito político previamente definido porque estes se constroem no jogo de suas próprias contradições e tentativa de construção de unidade no direito à cidade.

As lutas e conquistas dos movimentos sociais de 1980, apesar dos limites institucionais, trazem um conteúdo renovador para as lutas presentes. Neste período se direcionavam ao questionamento da incapacidade do Estado em suprir o déficit habitacional apenas pelas unidades do BNH - Banco Nacional de Habitação. Atualmente em Belo Horizonte há uma diversificação nas relações clássicas entre movimento popular e sua rede de apoiadores, que se amplia para vários sujeitos políticos e formas de lutas.

2.1.3 1990 – Os anos Neoliberais

Nos anos 1990 com o ideário neoliberal e a reestruturação produtiva se intensificam as consequências nefastas que fermentaram a massa que cresce ainda mais com os desempregados oriundos do uso das tecnologias substituindo o trabalho vivo. Estes são alguns dos elementos que compõem o quadro que fará mudar as formas das lutas sociais.

Na discussão das causas estruturais, David Harvey (2008) descreve os mecanismos do modelo neoliberal onde o autor aponta que “a principal realização substantiva da neoliberalização foi, no entanto, redistribuir, em vez de criar, riqueza e renda”. No processo que o mesmo denomina de continuidade do processo de “acumulação primitiva” do capitalismo a “acumulação por espoliação”, que tem quatro características principais: a privatização e mercadificação; a financialização; a administração e manipulação das crises; e as redistribuições via Estado, onde há “mercadificação e privatização da terra”. Este último processo se dá através da expulsão pela força de populações camponesas, o que compõem as várias formas de espólio nas quais o Estado tem papel fundamental pelo monopólio da violência, apoio e promoção destes processos.

Sendo estes os elementos de análise que permitirão compreender como na totalidade deste processo a destruição de tudo no planeta torna-se uma ameaça real, em que Harvey (2011 :95) alerta sobre o regime neoliberal: “(...) aceitá-lo equivale a aceitar que a única alternativa é viver sob um regime de interminável acumulação do capital de crescimento econômico quaisquer que sejam as consequências sociais, ecológicas ou políticas”.

Numa outra ótica de análise Menegat (2012:28) nos explica que “em termos de estrutura do capital, há um deslocamento importante na sua composição orgânica, com um aumento significativo do capital constante e, em decorrência, uma redução bastante expressiva do capital variável, ou seja, da força de trabalho. Esta nova composição bate forte na razão de existência do capital, que é sua permanente acumulação”.

Nas análises acima podemos compreender como o capital engendra formas incessantes de busca de acumulação, e como estas formas impactam violentamente todos os aspectos da vida humana e do planeta, determinando transformações na conformação na vida social. Além das mudanças que levaram a uma condição em que “o trabalho em si é uma mercadoria que nem todos podemos vender na atual configuração do capitalismo”, há regressão de direitos, repressão generalizada, e pesado débito arcado pela população, com mais veemência por mulheres e jovens.

Os arranjos sociais do receituário neoliberal onde “ as funções do Estado vão se reduzindo a uma polícia a serviço das grandes corporações”. O Neoliberalismo foi orquestrado como um contra-ataque ao estado de bem-estar social, desde os países centrais enfraquecendo as funções sociais do aparelho estatal na parte que realizava as mediações entre as classes. Uma das consequências deste processo é a ineficiência de atendimento às demandas das massas sobrantes. Marildo Menegat faz uma síntese sobre o desfecho que se projeta:

“Como não é possível o processo de convencimento que legitima o Estado sem que se façam concessões às massas, e não são mais possíveis grandes concessões nesta situação histórica, este quadro tende a se arrastar com contornos de indefinição não superáveis nos marcos institucionais. O caso do PT, como um partido de vocação reformista e a burocratização do movimento sindical fazem parte deste processo. Se não existirem novas formas de organização social que possam dar um outro encaminhamento para a saída da crise, esta tende a se produzir como o declínio de toda a sociedade, até um ponto em que a própria saída será impossível” (2012:49).

O papel do Estado e suas funções nesta análise descrita atende à ordem burguesa, estando a serviço das grandes corporações, utilizando o fundo público e inviabiliza os confrontos sociais, reduzindo “todo fenômeno social ao determinismo econômico”.

Outra consequência determinante das indefinições causada por esta situação caótica é relacionada a redução dos conflitos penalizando a pobreza , sendo os sobrantes (os que estão fora do exército industrial de reserva) , ou seja “seleciona os agentes sociais conforme a sua irrelevância na reprodução das relações das sociais, o que invariavelmente recai sobre as opressões étnicas (negros árabes, índios), o local de moradia (pobres da periferia) ou as formas de atuação (movimentos sociais), imobilizando o potencial de oposição contra o sistema de todos esses agentes.” (*Idem*, 2012: 50)

Serão estes alguns dos elementos que comporão o quadro que fará mudar as formas das lutas sociais. Foi este inclusive o cenário estrutural que propiciou ao MST arremeter nas periferias das grandes cidades uma base composta de “massas estacionadas” e sem rumo no espaço urbano.

2.1.4 Tempos de regressão social e ação de massas

Ao abordar em outro estudo o problema da superpopulação na periferia do capitalismo Menegat (2012) explica que é consequência da introdução da industrialização tardia na periferia, onde não houve mediações necessárias nas etapas de formação do EIR - Exército Industrial de Reserva, o que conformou uma população excedente relativa.

Sem a reforma agrária e com um contingente de trabalhadores substituídos por técnicas avançadas que conseqüentemente fazem sobrar trabalho humano ou trabalho vivo, aprofunda-se a superexploração de massas disponíveis, e a outra parte da população é incorporada ao setor informal.

Neste contexto, apresenta-se uma regressão social intensificada, que caminha para um “processo de dissolução da forma social”, ou seja, a lei do mais valor determina condições desfavoráveis para a reprodução da vida social para um número cada vez mais elevado de pessoas sem garantias de mínimas necessidades de sobrevivência. Esta crise estrutural faz com que as massas estacionadas nas periferias participem de lutas forjadas pela sobrevivência imediata.

Menegat (2013:96) salienta que as lutas desesperadas das massas excedentes se tornam o único meio de sobrevivência, já que as medidas voltadas somente à distribuição de riquezas são completamente ineficazes. Apesar das políticas públicas de transferências de renda voltadas para estes segmentos subalternos da população, estas são ineficazes, considerando seus problemas são questões estruturais, portanto longe de se realizar com efetividade as necessidades e demandas.

Conforme o autor:

A defesa da distribuição da riqueza no capitalismo pressupunha que sua forma abstrata o dinheiro, era o representante efetivo de valores de uso (a forma material) capazes de satisfazer necessidades humanas. Contudo a relação entre as necessidades humanas e o valor de uso desde sempre foi condicionada à ‘valorização do valor’, ou seja, a mera produção de valores de troca. (MENEGAT, 2013: 96)

A formação destas massas sobrantas desempregadas ocorre com a confluência de camponeses expulsos do campo desde o período da industrialização, migrantes, mulheres, jovens, para o território urbano. As caracterizações de atividades de cada setor mencionado equilibram-se na frágil estrutura que conforma a “dissolução passiva” da forma social que não mais dá conta de garantir a unidade das massas dispersas, impondo a “necessidade vital de se organizar novas formas de sociabilidade” (MENEGAT, 2012).

Acrescente-se a esta análise do autor outra explicação das consequências nefastas sobre esta população formada de massas excedentes. Os anos 1990 são marco do ponto de vista das mudanças estruturais promovidas pela reestruturação produtiva nas relações de produção, onde as formas de enfrentamento já não podem ser realizadas, as formas de luta utilizadas em grande parte pelos trabalhadores que ainda podiam manter vínculos com o mercado formal de trabalho e daí tecer sua resistência: “A resistência contra o capital, esta ação coletiva que procura impor limites à sua irracionalidade, não pode mais, nestas condições, contar com suas antigas formas de lutas” (MENEGAT, 2012: 95).

Cabe destacar que houve um processo de radicalização das lutas nas periferias principalmente nos anos 1990 e início dos anos 2000 como no caso de São Paulo, devido ao processo de integração do trabalhador formal, que deixava de ser combativo em suas antigas formas de luta (sindicatos e partidos) e a emergência dos movimentos de luta por moradia composto pelas massas sobrantas não integradas ao mercado de trabalho formal.

Tais mudanças na composição da classe trabalhadora ocorridas neste período são identificadas pelo autor como responsáveis pela grande dificuldade de ações anticapitalistas e construção de sujeitos coletivos que as agilizem. A complexificação da violência cotidiana, a falência e desmonte do aparelho estatal, o enfraquecimento da política parlamentar que fazia as mediações racionais entre as classes compõem fatores relevantes que reduzem as ações que possam dar alguma satisfação às demandas dessas massas (MENEGAT, 2012: 48-49).

Nesta concepção, como alternativa à construção de ações e resistência frente à “dissolução desta forma social”, a perspectiva é que a “cidade ocupe o lugar de território de organização do sujeito coletivo que em outro momento coube à fábrica”.

O debate sobre o território tem aqui seu lugar na afirmação deste como dimensão importante para as lutas urbanas no que tange ao enfrentamento ao capital nas condições em que a grande maioria da população excedente está fora do mercado de trabalho e não pode contar efetivamente com os direitos de uma certa forma garantidos pela formalidade. Sobre tal dimensão afirma Menegat:

Desde os anos 1990 as formas de rebelião e resistência contra o capital, principalmente nos países periféricos, forma mais comuns entre estas massas que sobram do que junto ao operariado clássico, ou mesmo junto a alguns setores que acompanham a elástica ampliação do conceito de trabalho. Estas massas organizam suas ações desde o território, já que sua funcionalidade social, a de serem uma reserva de força de trabalho, mostra-se frustrada e desastrosa. (2012:74)

Toda esta situação vai se complexificando com o aumento da violência e da repressão, e as formas de “gestão da barbárie” denunciam a acelerada regressão da sociedade. Enquanto isso os jovens negros da periferia são o alvo principal de todo esse quadro de ‘fim de linha’. Há possibilidades que ainda podem trazer alternativas que não a passividade da dissolução inevitável. Uma delas é reconhecer as potencialidades perdidas que podem engendrar possibilidades de recriação de condições de aglutinar a esquerda pela sua militância combativa em outras frentes de resistência anticapitalista.

No momento atual há um processo contraditório que desagrega quando poderia unificar as lutas quando visto pelo viés institucional como é o caso do programa MCMV, que também por um outro lado faz diferença ao atingir uma parte da população que não acessava nenhum direito relacionado à cidade enquanto território. Mas ainda está longe de resolver o enorme déficit habitacional no país, quanto mais atender às necessidades desta população dentro do limite inferior de renda, que é a maioria.

De outro lado, as ações de experiências forjadas na necessidade imediata de se ter um teto, uma moradia, favorecem formas de resistência à partir da ação direta de ocupação, e potencializam sociabilidades propulsoras que garantem a sobrevivência imediata dos indivíduos e, num processo mais totalitário, outras possíveis formas de relação de produção que não caibam na lógica do grande capital.

As ocupações de terra e as lutas urbanas por acesso à cidade na perspectiva de uma cidade construída conforme os desejos e necessidades da população tornam-se enfrentamentos frente ao estado de barbárie presente. Transformar estas lutas em ações de formação política massiva é um aspecto considerável num país de intensa desagregação social em que se vive no limite da brutalidade. Será aí mesmo que nascerá a cooperação entre pessoas que não tem outra escolha a não ser juntar-se para enfrentar as adversidades. Os anos 1990 foram importantes no sentido da formação de sujeitos políticos que trouxeram formas organizativas para as massas sobrantes. Há uma vasta literatura onde o MST neste período se sobressaiu com práticas agregadoras que possibilitam concepções de enfrentamento ao Estado na luta anticapitalista.

O objetivo destas análises aqui é trazer elementos do contexto político do período citado que propiciem o debate acerca das “potencialidades que foram perdidas” com as ações de massa no avanço das ações do meio rural para o urbano, do que aprofundar nas questões políticas e conjunturais que propiciavam possibilidades de “resposta à ordem destrutiva” do grande capital. São elementos importantíssimos para o momento atual no que se refere a ação de massas e território.

3. O CASO DA OCUPAÇÃO DANDARA

A Comunidade Dandara, em Belo Horizonte, é parte concreta do processo que aqui viemos descrevendo. No dia 9 de abril de 2009, cerca de 150 famílias romperam as cercas de um latifúndio urbano de quase 40 hectares, ocioso e improdutivo desde a década de 1970. Logo nos primeiros dias o número de famílias aumentou para 1.200. Localizada na região da Pampulha, área nobre e turística, rapidamente virou notícia por toda a América Latina como sendo a maior ocupação urbana desse continente. Chegavam famílias inteiras e pessoas de várias partes da região metropolitana de BH, e de outros estados.

Inicialmente o nome da ocupação era Comunidade Rururbana Dandara⁹, identidade originada de novas estratégias de ocupação levando em conta o perfil da população e a localização da área a ser ocupada.

A denominação de Rururbana refere-se a uma forma específica de ocupação nos entornos das regiões periféricas das capitais e caracteriza-se por tipos de produção não agrícola pensados à partir do que se chama de ‘novo rural’, conceito utilizado por alguns autores como forma de caracterizar a produção agrícola atrasada.

Entre 2006 e 2007 iniciaram-se as articulações de planejamento de ação conjunta que resultou na Ocupação Dandara em 2009, em que o MST e as Brigadas Populares realizaram a ação de ocupação desta grande área urbana na periferia de BH. Pensada em moldes específicos conforme relata Riquelme (2008:2): “a tendência do MST – RMBH era incorporar sujeitos economicamente marginalizados do mercado de trabalho das cidades no processo de reocupar os espaços rurais da RMBH”.

3.1 As Brigadas Populares, as Comunas da Terra do MST e a experiência rururbana

9 Rururbano é uma proposta de relação campo/cidade em áreas de território urbano, em que a pessoa pode viver no assentamento e trabalhar fora, ou não praticar nenhuma atividade agrícola ou praticar atividades ligadas aos serviços e comércio do município. É uma proposta de organização do território com o objetivo de formar uma comunidade de resistência e de luta.

Conforme o sítio na internet: “As Brigadas Populares é uma organização política autônoma, que possui como objetivo estratégico a construção do Poder Popular no Brasil.

As Brigadas Populares são uma contribuição na organização, formação e mobilização do povo brasileiro, e acredita que a construção do Poder Popular passa pela participação direta e política das camadas populares e das suas organizações: sindicatos, associações, grêmios, movimentos sociais e organizações políticas comprometidas com emancipação da classe trabalhadora”.

Criada em 2007, em Belo Horizonte, a FRU-BP (Frente de Reforma Urbana-Brigadas Populares) atua hoje em 3 Estados (MG, RJ e SC), pautando a luta por moradia digna e pela cidade popular.¹⁰

As BPs surgem em BH em 2005 quando da dissolução do Grupo de Estudos Marxistas, e na nova estrutura organizativa constituem-se Frentes de Trabalho dentro de Brigadas Territoriais no sentido de fortalecer o trabalho político nas comunidades, as Brigadas Especiais e Núcleos Brigadistas.

As Brigadas Populares, através da sua Frente pela Reforma Urbana já vinha atuando na luta por moradia desde uma ocupação na regional Barreiro, em Belo Horizonte. Entre 2006 e 2007 iniciaram-se as articulações de planejamento de ação conjunta que resultou na Ocupação Dandara em 2009, em que o MST e as BPs realizaram ocupação.

Quanto às motivações do MST para realizar ocupações urbanas, Corrêa (2014:14) caracteriza em seu estudo as condições do trabalhador rural e do pequeno produtor nestes tempos de crise estrutural, uma essencial característica do capitalismo: “utiliza pouquíssima mão de obra, é altamente tecnicada e produz um irreversível rastro de destruição ambiental e humana”. Esta afirmação é parte do processo de “consolidação do agronegócio e suas consequências para o campo brasileiro, a integração da agropecuária ao complexo agroindustrial internacional via mercado de *commodities*”.

No que tange à trajetória do MST, a autora comenta que além das mudanças da estrutura do capital no campo, para compreender o que ocorreu com o movimento seria

10 - Informações retiradas do sítio das BP's na internet: <http://www.brigadaspopulares.org>

importante considerar: “As transformações da composição social do movimento e as transformações no âmbito da política marcadas pela chegada do PT ao Planalto” (*idem*:18). Não aprofundaremos estes pontos apesar da sua importância no contexto de totalidade da pesquisa, mas apontaremos alguns fatores para compreensão da pergunta inicial: Por que o MST fez ocupação urbana? Elencando assim alguns pontos do estudo de Corrêa.

Segundo a autora, a relação entre MST, PT e CUT se estendeu ao longo das décadas, o que sempre foi explicitado nos períodos de disputa eleitoral. A reforma agrária, nos programas eleitorais do PT, sempre foi considerada fundamental para eliminar a concentração de riqueza e promover o desenvolvimento da agricultura e da economia. Entretanto, na década de 1990 houve um relativo afastamento do MST em relação ao PT. Enquanto o partido e a sua central sindical se institucionalizam, o MST se dirige a duros enfrentamentos. Neste período o MST vivenciou uma radicalização de luta pela terra, devido aos conflitos agrários no governo FHC. E no final da década de 1990, o MST enfrentou o esgotamento de sua base social estritamente camponesa. Estas contradições geraram uma série de respostas, algumas radicalizadas, dentro do MST. (CORRÊA, 2014:18)

Na luta histórica pela Reforma Agrária Clássica, o MST propunha o parcelamento da terra e o fim do latifúndio como meio de gerar justiça social e possibilitar um impulso ao desenvolvimento do capitalismo nacional. Neste período os enfrentamentos radicais se fazem necessários, principalmente devido à repressão do Estado e dos latifundiários às ocupações/acampamentos.

Produziu-se assim novas formas de sociabilidade nas ocupações de terra, proporcionando uma formação crítica e radical de militantes. A repressão no meio rural e a necessidade da busca nas cidades de uma base social que aceitasse o retorno ao campo através da luta pela terra, fez com que uma parte da militância passasse a defender o avanço das lutas do MST para o espaço urbano. Este processo se expressou concretamente em experiências de ocupações rurais de base social urbana no fim da década de 1990 que deram origem ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Este período de afastamento entre o MST e o PT, prossegue a autora, possibilitou a elaboração no interior do MST, de uma linha político-ideológica que “avançaria para além do tradicional dualismo presente na relação partidária sindical entre luta política e luta econômica”. Nos limites da luta institucional, portanto, há necessidade de se tensionar as estruturas estatais, mas garantir uma permanente autonomia da organização que desembocaria no debate sobre a constituição de um poder paralelo, o “poder popular”.

O “projeto urbano” do MST foi progressivamente abandonado pela organização e se tornou, ao longo dos anos 2000, uma proposta derrotada em seu interior, e os militantes que empreenderam esta experiência foram “enquadrados” às linhas “camponesas” do movimento.

Conforme Menegat, com a Terceira Revolução Tecnocientífica, criou-se um conceito alargado de trabalho, com artifícios compensatórios, que agora no aprofundamento da crise, torna evidente “quem são as massas que passaram efetivamente a sobras nesta forma social”.

Então, ressalta Menegat:

(...) a crise da sociedade produtora de mercadorias se revela internamente pela impossibilidade de esta forma continuar (ou vir a ser) a condição de existência para milhões de indivíduos esta impossibilidade de vendabilidade para boa parte deles já era, inclusive, a condição de suas estratégias de sobrevivência e de seus locais de moradia. (MENEGAT, 2012:75)

Assim, a dimensão do território e sua relação com a formação de massas parte de que uma “densa ligação entre espaço urbano e a forma mercadoria auxilie na compreensão deste fenômeno”. Isto porque nos anos 1990, “as massas organizam suas ações desde o território, já que sua funcionalidade social a de serem uma reserva de força de trabalho, mostra-se frustrada e desastrosa” (*idem*: 74).

O autor exemplifica o MST como movimento originário desta conjuntura no contexto de retomar o fio da meada perdido na Ditadura Militar, e num primeiro momento esta organização foi uma tentativa de continuidade com o movimento anterior

ao Golpe Militar. Porém, com a mudança do país para urbano-industrial, o êxodo rural decorrente da industrialização, e um segundo momento iniciado com o processo de globalização nos anos 1990, foi ficando nítido que as massas que confluem para o MST eram a “fronteira social” que passa a formar a sociedade.

Portanto, as organizações de “novo tipo” como o MST são como uma “fronteira da sociedade”, porque reúnem os sobrantes desta época anterior e os de hoje, no encontro num mesmo território (*ibidem*: 75). Concluindo sua análise, o autor coloca como desafio para o MST interpretar a metamorfose que o constitui neste país de predominância urbana depois da fusão agricultura/indústria – o agronegócio. Deve então criar condições de um “processo de auto compreensão de uma sociedade que desmorona e se mantém”. Pode ser importante refletir hoje sobre o esgotamento de um projeto estratégico, suas potencialidades perdidas e como se constituiria a continuidade da luta anticapitalista no momento atual, pensando o conteúdo do poder popular nestas formas.

Pensada nestes moldes específicos, conforme relata Riquelme (2008:2): “a tendência do MST – RMBH era incorporar sujeitos economicamente marginalizados do mercado de trabalho das cidades no processo de reocupar os espaços rurais da RMBH”. O objetivo era, além de estimular práticas extra-agrícolas e a pluriatividade na região metropolitana, também aprofundar o debate teórico, dado que em algumas situações são sujeitos sem vínculo com o espaço rural.

Havia diferenças no processo e na forma das ocupações urbanas entre o MST de São Paulo e o de Belo Horizonte. Em São Paulo as alianças ocorreram entre o MST e os sem-teto, na RMBH “realizou-se entre as organizações com projeto de transformação social” e, de acordo com Riquelme (2008:64), em Minas Gerais desenvolveu-se pela primeira vez de forma embrionária uma ocupação de “outro tipo”, denominada de rururbana, que incorporou no processo de lutas pela Reforma Agrária famílias sem teto da periferia de BH.

Neste período citado as Brigadas Populares possuíam duas ocupações urbanas, uma na região norte da cidade, o Novo Lajedo, e outra na Pampulha, em um prédio abandonado próximo à UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Eram

aproximadamente 340 famílias algumas provenientes da Ocupação João de Barro despejadas em 2006 e outras do aglomerado da Serra na zona sul de BH.

A intenção era seguir a lógica de ocupação tipo “Comuna da Terra” em área no entorno da cidade, próxima de BH, que permitisse pressionar o INCRA para que o terreno se tornasse apto à Reforma Agrária. O MST – MG fez opção por um experimento social: realizar ocupações com população urbana, mas com vínculo com a terra. Porém, ressalta o autor, há uma mudança no perfil do trabalhador urbano que vai para a ocupação de ‘outro tipo’ ou rururbana. São sem-teto quase sem procedência rural, sem necessariamente optar por assumir uma identidade de “camponês”, e as ambiguidades aumentam com a incorporação dos “desclassificados” ou moradores de rua, sem-teto que apresentam uma alta mobilidade e baixa fixação espacial.

Seguimos a análise de Riquelme sobre o perfil da população urbana na RMBH e as ambiguidades apresentadas nesta experiência, que coloca em debate os tipos de agricultores. Ou seja, o agricultor familiar modelo nem aparece como categoria nas ocupações urbanas neste caso específico. Na medida em que a população urbana aumenta nas áreas próximas de centros, a inclusão dos grupos organizados de “desclassificados” e moradores de rua nas áreas semi-rurais da RMBH, traz o questionamento dos tipos de agricultor como exposto acima: as populações rurbanas nem aparecem como categoria, mas aumenta quantitativamente o número de “urbanos” ocupando áreas de reforma agrária na RMBH. Alguns recursos como o Pronaf são acessados pelo agricultor cujo rendimento é exclusivamente agropecuário, no entanto as atividades extra-agrícolas foram encaradas em cada área do MST de forma singular, com objetivo de evitar que os sujeitos abandonassem o estabelecimento.

Os duros enfrentamentos com setores do capital e do Estado, a repressão contra o movimento e a necessidade de se desenvolver um radicalismo que ia além da luta reformista teve como uma das suas expressões mais marcantes a incursão do MST nas periferias urbanas do estado de São Paulo, em fins da década de 1990, de onde originou o MTST.

“Território rural com urbanidades”, é assim que Goldfarb (2007:64) considera a Comuna da Terra, como um “território de um novo camponês”. Não são um espaço de

transição, mas pelo contrário, barram a expansão da cidade, permitem a reprodução e recriação do modo de vida camponês, mas incorporam elementos do urbano. São um projeto de um campo recriado nos interstícios do tecido urbano. Surgem ligadas às discussões das novas formas de assentamento. Além desta necessidade, também construir uma alternativa para a população espoliada dos grandes centros urbanos e construir novos espaços em que a disputa por outro modelo de desenvolvimento possa se concretizar.

Historicamente o processo de urbanização sempre foi segregado no planejamento das cidades com separação dos territórios: com infra-estrutura urbana para as classes média e alta e para as camadas sociais pobres locais de moradia em condições precárias e de difícil acesso aos serviços e bens públicos.

O espaço urbano é objeto de disputa. A integração das cidades no sistema capitalista coloca de um lado os interesses capitalistas de uma cidade apenas como objeto de lucro, e de outros contingentes populacionais que para além de moradia digna querem ter acesso aos direitos e aos benefícios da cidade.

Em 2009, ocorreram mudanças no âmbito do meio urbano que contribuíram para aumentar a desagregação. Com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, foi um período marcado por uma intensa valorização do mercado da construção civil como motor da economia. (VASCONCELOS, 2015: 11)

Pensar os processos de urbanização e acesso à cidade é pensar em efetivação dos direitos sociais. À partir desta concepção em 2009 criou-se a Resistência Urbana, formada por uma frente nacional de movimentos, dos quais fazem parte dentre outros: MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-teto, BP's - Brigadas Populares, MSTB- Movimento dos Sem-teto da Bahia, MLP- Movimento Luta Popular, e Nós da Sul. Lançaram uma campanha intitulada “Minha Casa, Minha Luta”.

A análise da Resistência Urbana era que o MCMV foi um pacote para atender aos interesses do Setor Empresarial ligado à construção civil e à especulação imobiliária, em função da crise econômica mundial de 2008, e que não iria solucionar o problema do déficit habitacional no Brasil.

A crítica da Resistência Urbana contra o governo federal é composta por três pilares: Estrutural, Efetiva, Popular. Não aprofundaremos estes argumentos aqui, mas

ressaltamos o entendimento de que conforme Vasconcelos (2015: 54) a gestão do governo petista desconsidera os projetos políticos com os anseios dos que lutam por moradia, (privilegiando) a gestão empresarial do urbano pela aliança do estado com o capital imobiliário. Quanto às críticas acadêmicas ao programa, há uma gestão fundiária do espaço onde o mercado é o executor da política urbana em vez do Estado. Esta reforma Urbana do PT representa o modelo de conciliação de classes onde o MCMV é um dos grandes símbolos. Há uma concertação desequilibrada e predominam os interesses empresariais, com a financeirização da política urbana com recursos públicos. (VASCONCELOS, 2015)

De todo este processo a questão central que predomina é: Quem determina os rumos da cidade?

Em entrevista verbal realizada com um morador e liderança da Comunidade Dandara, identificamos algo mais do que a necessidade imediata de uma moradia:¹¹ “Nem todos sabem que tem direito. Na cidade ou você está dentro ou está excluído. O poder exclui a sociedade. O que inclui é o povo com direito a lazer, a escola, educação, moradia”¹².

Relacionado ao acesso aos direitos, e pudemos constatar isso não só pelas pesquisas, trabalhos e documentários realizadas na comunidade como também pela observação participante em conversas verbais, que o povo de Dandara na grande parte dos seus integrantes tem conhecimento sobre os direitos sociais e querem para além da moradia, acesso aos benefícios da cidade.

Como relata Angela Fagundes Pinto¹³, moradora e liderança na comunidade: “O direito à cidade é o direito de ir e vir. Eu me sinto livre aqui”.

11 -Roteiro de perguntas: Como se envolveu com a ocupação e qual motivo. Onde era o local de moradia se era aluguel ou coabitação familiar.É trabalhador formal ou informal. Quantos integrantes do núcleo familiar. Participa de atividades coletivas. Conhecia as BP's e o MST. Já participou de outros programas habitacionais. O que entende por direitos do cidadão (ã).

12 Ver foto 2, do Sr. Orlando Lopes, no Anexo II.

13 Ver foto Angela.

Angela morava de favor e na década de 1980 liderou uma ocupação urbana. Desta luta os moradores, trinta famílias, conseguiram um (pequeno) terreno doado e construíram uma vila. Angela foi viver em um espaço que cabia apenas um barracão de (quatro) cômodos, um ao lado do outro, sem área de quintal, que dividia com dois filhos. Hoje esta num barracão bem estruturado e ampliando as dependências.

Como a Angela, muitos moradores do Dandara não pagavam aluguel antes de virem para a ocupação, pois estavam em coabitação familiar ou em áreas de risco, conforme consta na pesquisa para a cartografia realizada pela UFMG.

3.2 Como foi feita a ocupação e a resistência da Dandara

No planejamento da ocupação, relata Pedro Otoni integrante das BP's que os organizadores realizaram visitas às comunas de São Paulo para colherem informações desta experiência. Um dos organizadores, o Frei Gilvander¹⁴ aponta: “Toda ocupação tem que ser bem preparada. Tem que escolher o terreno certo e o momento certo, principalmente sendo num terreno valorizado numa região nobre”.

Vejamos um pouco da história da Comuna da Terra. Riquelme (2008) salienta que as experiências deste tipo são mais limitadas à região Sudeste, onde o estado de São Paulo possui maior acúmulo. De acordo com sua pesquisa o autor informa que o início deste experimento se deu entre os anos 1982 e 1993 por uma entidade assistencialista chamada Fraternidade do Povo de Rua, era uma organização de porte de uma pastoral com trabalho de auto-organização do povo de rua e os sem-teto, esta atuação permitiu que se tornasse uma entidade independente com liberdade para articular alianças de caráter estratégico. Aproximaram-se do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e em 1994 foram convocar os grupos de moradores de rua para participarem da luta pela terra. Neste ano realizaram a primeira ocupação de terra incluindo desempregados, subempregados e pessoas em situação de rua. Foi no município de Itapeva a 270 km sudeste da capital São Paulo (2008: 62). Nas primeiras ocupações o

14 Frei Gilvander – Frei carmelita, atua pela CPT no estado de Minas Gerais, contribuindo na organização e divulgação das ocupações, tanto nos conflitos por terra ou moradia. BLOG:

número de pessoas era reduzido, e houve algumas tentativas de levar sem-teto para diversos acampamentos espalhados pelo pontal de Paranapanema, Jacareí e Iaras, esta situação reverteu-se com o planejamento das Comunas.

Yamila Goldfarb (2007) traz a trajetória da primeira Comuna. No ano de 2001 em Franco da Rocha, no estado de São Paulo nasce o Assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, como resultado de discussões que vinham acontecendo no MST sobre novas formas de assentamento com características como: organização da produção, forma de parcelamento dos lotes, uso da agroecologia, nucleação de famílias dentre outros.

O trabalho de aproximação aos grandes centros urbanos e as discussões internas do MST e deste com o INCRA(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) fez surgir as Comunas da Terra.(2007:16,17) Como outras articulações entre campo e cidade uma delas a aliança entre grupos da Igreja Católica e da Consulta Popular resulta no MTST, que surge após a Marcha Nacional organizada pelo MST em 1997 com destino a Brasília , no percurso os militantes desta organização , mais os militantes dos movimentos sociais urbanos puderam conhecer a realidade dos grandes centros urbanos.

Conforme a autora, uma das principais características que diferenciam a Comuna dos outros projetos de relação entre campo e cidade, como o Rururbano do MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados, as vilas rurais desenvolvidas no Paraná ou áreas conquistadas pelo MTST é na Comuna as famílias vivem e trabalham no local e no Rururbano as pessoas podem exercer atividades extra-agrícolas nas áreas ou trabalharem fora.¹⁵

No dia 9 de abril de 2009 às 4 horas da manhã 150 famílias, 4 ônibus, 2 caminhões, carros e motos de ocupantes e apoiadores ocuparam o terreno e iniciaram a Ocupação Dandara. Na primeira semana já havia 1.086 famílias cadastradas.

De acordo com a pesquisa cartográfica o nome da ocupação Dandara foi escolhido como homenagem a uma das lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata no século XVII. Dandara foi guerreira do Quilombo dos Palmares ao lado de seu companheiro Zumbi. Conforme o relato de Joviano Mayer (advogado e militante das

15 Para melhor compreensão das propostas ver: GOLDFARB, Y. A luta pela Terra entre campo e cidade. As Comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. São Paulo, 2007.

BP's) esta escolha reforça e revela a identidade da maioria das pessoas que ocuparam: mulheres pobres da periferia, negras, trabalhadoras informais e formais que queriam lutar por moradia digna para si e seus familiares.

Outro dado importante no perfil dos ocupantes é que são em sua maioria famílias com mais de dois filhos vivendo em situação precária, em área de risco, de favor ou pagando aluguel.

Uma forma interessante de mostrar elementos que compõem o perfil dos ocupantes é a nomenclatura das ruas da comunidade. São nomes ligados a lutadoras e lutadores do povo como: Rua Milton Santos, Avenida Dandara, Rua Maria Diarista, Rua Pedro Pedreiro como referência a mulheres que trabalham como domésticas ou faxineiras e homens que são pedreiros.

A Comunidade Dandara caminha para 7 anos de existência. Desde o primeiro dia, tanto as organizações MST e Brigadas Populares que a realizaram, quanto a ampla rede de apoio constituída de militantes de várias organizações, professores representando a parte comprometida da academia com o problema da moradia e com os conflitos sociais e a mídia alternativa engajada com outros veículos do mundo inteiro, colocaram Dandara no cenário internacional propiciando toda uma discussão acerca desta questão urbana, corroborando formas de enfrentamento pela moradia e pelo acesso à cidade.

Na cidade de Belo Horizonte este é um problema contundente porque, assim como na luta pela terra, os processos de confrontos diretos com o capital, neste caso, o capital financeiro via especulação imobiliária, são muito violentos com perdas de vidas e opressão da parte do Estado. O papel desta rede de apoio torna-se essencial, tanto para denunciar a violência causada pela questão estrutural da falta da moradia, como para publicizar uma infinidade de formas de se construir a resistência anticapitalista.

A ocupação foi realizada numa área reivindicada posteriormente como propriedade de uma grande construtora – Construtora Modelo, mas que estava vazia, conforme relatos e pesquisas desde a década de 1970. De acordo com relato de Joviano Mayer – dirigente das BP's - gravado em documentário¹⁶, em 1997 a construtora adquiriu

16 Documentário: Enquanto morar for morar for um privilégio, ocupar é um direito. Publicado em 12 de set de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5fjza-hz4bo>.

o terreno numa espécie de troca, não pagou pelo terreno e o manteve assim vazio, sem cumprir a função social. A intenção era reservá-lo para especulação imobiliária.

Desde então seguem vários processos de negociação com a PBH (Prefeitura de Belo Horizonte), o prefeito nunca recebeu os moradores. Existe uma ação civil pública conforme relata Joviano Mayer, onde os réus são o Estado e o município, demonstrando a ineficiência da política pública. Neste sentido já realizaram cinco marchas do local do terreno até a PBH, ficaram uma semana acampados na Praça 7 no centro de Belo Horizonte, sempre com toda a rede de apoio, além dos movimentos que organizam a Dandara.

Ainda de acordo com relatos de moradores antigos o terreno servia para vários fins ilícitos, conforme relata uma moradora no documentário. A localização deste terreno fica próximo de região nobre de Belo Horizonte, prenunciava-se então a intensidade do conflito que segue até os dias atuais onde a posse da área está garantida, mas não a propriedade. O imbróglio jurídico segue na vara de conflito agrário, outra estratégia da defensoria pública para demonstrar a legitimidade da luta e convencer o judiciário.

Pela Lei Orgânica do Município os moradores de Dandara são cidadãos, portanto têm direitos. O processo organizativo de formação realizado pelas BP's e rede de apoio garante de certa forma relacionado aos ocupantes mais antigos esta compreensão com sujeitos do processo, expresso nas lutas e atividades de resistência dentro e fora da ocupação. Diante do acirramento da questão da moradia ligada à desigualdade estrutural desemboca em um número cada vez maior de ocupações pela periferia de Belo Horizonte.

Conforme relato dos moradores em documentário produzido em janeiro de 2014, a estratégia de ocupar todo o terreno levou cerca de quatro meses de formação com os ocupantes. As BP's, o MST e a CPT representada pelo Frei Gilvander principalmente, junto com uma rede de apoio utilizaram uma estratégia para driblar a Polícia Militar que desde o primeiro dia da ocupação montaram acampamento em frente a ocupação e não permitiam que se ocupasse todo o terreno.

Num determinado dia – 12 de julho de 2009, os ocupantes em nove grupos de mais ou menos 100 famílias saíram em procissão como se estivessem realizando um ato religioso caminharam para dentro do terreno. Mas no percurso cada família ia ficando em seu lote que já estava demarcado pelo parcelamento construído durante este período de formação. Levavam material de construção escondido, porque a PM não permitia que entrasse caminhão na área. Este evento é relatado pelos moradores inclusive como elaboravam os mutirões das hortas comunitárias, a área social, sendo que os barracões em alvenaria ficaram por conta de cada família com os recursos que dispunham. Os moradores (as) mais antigos (as) relatam com entusiasmo esta estratégia realizada com muito planejamento e por isso obteve tanto êxito. Demarca também o papel que a Igreja de uma certa forma representa nos movimentos sociais.

Durante este período do processo de ocupação o MST esteve presente contribuindo com a organização da comunidade de acordo com as experiências ligadas ao rurubano pelo MTST e pelas Comunas da Terra em São Paulo. Na observação participante por várias vezes vimos a bandeira do MST tremulando com as bandeiras das BP's e da Comunidade Dandara,

Nas duas entrevistas que realizamos, mas também através de conversas informais as pessoas se identificam com o MST. Eles pensam a luta por moradia da mesma forma como a luta pela terra. O Sr. Orlando diz: “O povo tudo é uma coisa só”. Ele relata que viu a bandeira do MST primeiro, e resolveu entrar para a ocupação pensando: “Quem se ajunta e se é de bem, tá se unindo, então vou entrar”. Hoje ele entende que há limitações de um e de outro. Que rural e urbano é diferente, acha que urbano é mais forte porque o rural é mais distante, “mas se juntar o povo, não separa”.

O perfil rurubano é uma característica da ocupação que a diferencia das outras é onde a divisão do terreno em lotes individuais com construções horizontais permite área de plantio de hortas e jardins. Esta caracterização de acordo com o estudo cartográfico aponta que muitas pessoas têm origem rural e tiveram mais facilidade de plantar, Maria da Penha moradora que participa do vídeo mostra a horta que plantou e dispôs para uso comunitário. A iniciativa e conhecimento desta moradora demonstra uma das potencialidades da experiência voltada ao rurubano, no sentido de as pessoas podem

contribuir a partir de suas vivências anteriores na terra com formas de produzir com sustentabilidade para seu próprio consumo e ainda compartilhar com outras famílias este conhecimento.

Na linha do tempo¹⁷ (ver diagrama em anexo) as pessoas da comunidade puderam através de uma dinâmica desenvolvida na cartografia citada, construir uma sequência cronológica dos acontecimentos ao longo da existência da comunidade desde o dia da ocupação, este foi um trabalho importante porque os participantes puderam relativizar o tempo das ações realizadas e as conquistas efetivadas.

Propiciou aos moradores da comunidade conhecimento e compreensão do conflito gerado pela ocupação da área, as disputas que estão em jogo, ressaltando que os ocupantes já assimilaram em seu cotidiano as noções jurídicas que permeiam o processo da Comunidade Dandara.

As dificuldades iniciais e o medo do aparato policial e a insegurança consta em muitos relatos. Outro aspecto importante, conforme o estudo, diz respeito às modificações ocorridas na dinâmica do funcionamento interno da ocupação. Informa-se com detalhes as assembleias dos moradores, a criação da associação e demandas internas encaminhadas de forma coletiva. Apesar de que não há participação da totalidade dos moradores, mas conforme **entrevista** com Angela, as pessoas que não participam das discussões acatam a decisão da assembleia e quando são convocados para atividades externas e de enfrentamento, comparecem e contribuem.

Atualmente, a ação de reintegração de posse encontra-se em fase de instrução. A defesa técnica da Comunidade, além de provas anteriormente já juntadas (como projeto urbanístico, cadastro das famílias)¹⁸, acrescentou ao conjunto probatório do processo, vídeos, fotos, projetos comunitários em execução (como é o caso do centro de apoio à criança- Creche Dandara).

Existem hoje inúmeras ações e atividades que compõe a forma de resistência da Dandara, inclusive um projeto para um parque infantil organizado pelas mulheres. O montante das informações da cartografia citada ainda não foi concluído, a fase final está

17 Ver anexo – Imagem 1- Linha do Tempo.

18 Ver anexo cópia do cadastro feito pelos próprios ocupantes e o levantamento realizado pela PBH.

em andamento. Mas há um acervo acadêmico da história da Ocupação Dandara na literatura do tema.

Todas as intervenções acadêmicas da rede de apoio demonstram que a vida dinâmica da Dandara é permeada de muitas incertezas, mas os sujeitos que lá permanecem lutam cotidianamente pelo direito à cidade.

Dandara é símbolo de resistência na RMBH, região metropolitana de Belo Horizonte pela riqueza da história particular de seus ocupantes como da forma de resolver os problemas e conflitos surgidos, internamente e se necessário fora da comunidade. Permitindo assim que as limitações, os desafios possam ser construídos mesmo com toda complexidade que os cercam.

Situação expressa de forma exata na análise de Lefebvre (2011)

Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer. Lefebvre (2011:13)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou conhecer a luta por moradia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Do surgimento dos movimentos urbanos no contexto de luta por direitos na década de 1980 e no cenário atual de resistência dos movimentos sociais de perspectiva anticapitalista. O direito à cidade, não a uma cidade cindida, segregada, mas uma cidade construída como obra coletiva.

É expressão contundente da barbárie a existência das massas sobradas na realidade das cidades e estas, ao serem excluídas da reprodução do capital, sobrevivem através de resistências evidenciadas no crescente número de ocupações urbanas.

A luta por moradia e as ocupações trazem a ambiguidade dos objetivos. Por direitos e legitimidade perante o Estado, mas também por enfrentamentos aos programas habitacionais que não dão conta do déficit habitacional que apesar de integrarem as pessoas de baixa renda, estão longe de resolver a desigualdade, de construir um projeto de cidade que atenda as necessidades de moradia e acesso ao direito à cidade.

A luta por moradia na RMBH, se constitui como território urbano no sentido das experiências de ocupação Dandara e Izidora¹⁹ principalmente, são terrenos extensos anteriormente vazios, sem cumprir sua função social e muito próximos da capital, com todo perfil para ocupação rururbana. Conforme Luiz Fernando Vasconcelos na região metropolitana estima-se que existam de 10 a 15 ocupações regulares, ou seja aquela que de alguma forma estão organizadas, é difícil mensurar o número exato, já que surgem novos assentamentos rapidamente.

Esta dimensão mostra a ineficácia dos programas habitacionais em resolver o déficit de moradias, é necessário uma política urbana que combata a especulação imobiliária e visibilize nas formas de resistência e enfrentamentos possibilidades concretas de construção de outra cidade que não a que atenda aos interesses do capital financeiro imobiliário, seja pela espoliação uma das características preponderantes da acumulação capitalista em curso, medida utilizada por excelência pelo receituário neoliberal de “redistribuir em vez de criar riqueza e renda” (Harvey, 2011).

19 Ocupação Izidora – área localizada no vetor norte da capital de BH, alvo do capital financeiro imobiliário.

Acrescente-se o desmonte estatal expresso na reestruturação produtiva, na globalização, e na alteração sumária do capital orgânico, ou a redução drástica de trabalho vivo, devido ao avanço altamente tecnológico. Contribuindo determinantemente para o aumento das massas sobrantes nas periferias das cidades.

Mas as periferias fervem, sempre brasa, muitas vezes tem fogueira. Muitos processos são germinados nas vivências coletivas das comunidades, mesmo visando o atendimento imediato de uma necessidade vital, mas outras mostram algo mais que descontinuidades de formas passivas de resistência.

Não conseguimos tecer uma análise mais aprofundada da atuação dos movimentos sociais urbanos, tampouco esgotar aqui as motivações das rupturas que houveram e as possibilidades que foram perdidas por exemplo com a descontinuidade do projeto rururbano na RMBH. A complexidade que envolve um projeto alternativo não pode aqui ser discutida profundamente pelo limite inerente ao objetivo do texto. Também não foi possível realizar uma amostragem que fundamentasse as possibilidades reais que se traduzem nas falas e ações dos sujeitos que compõem a luta por moradia na Comunidade Dandara.

Faltou também abordar as formas de resistência através de um perfil quantitativo que permitisse visibilizar perspectivas que respaldariam a luta conjunta do território rural e do urbano, que poderiam subsidiar estratégias construídas pelo sujeito coletivo de identidade ambivalente para realizar pelas potencialidades surgidas e na superação da ambiguidade que os separa, a saída e não o fim de linha.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Flamarion Dutra & VALE, Ana Rute do. **A relação campo cidade e suas leituras no espaço.** *Acta Geográfica*, Boa Vista, Ed. esp. Geografia Agrária, 2013, pp. 33-41.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Editora Scortecci: São Paulo, 2012.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. **MST em tempos de crise: potencialidades perdidas e integração à ordem do capital.** Projeto de Tese Doutorado. ESS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, M. F. T. *Ideologia e utopia no ocaso da Reforma Urbana no Brasil*. Tese de Doutorado, PPGPS/UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre campo e cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação e principais atores e desafios**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas: 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Loyola. 2011.

MARICATO, Ermínia. **A cidade é um grande negócio**. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 3, jun.1988. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/sociedade-cidade-e-um-grande-negocio>>. Acesso em: 10 maio 2012.

MATOS, Ralfo. **Periferias de grandes cidades e Movimentos populacionais**. Cadernos Metrôpole, nº 13, p.p.71-105.1º semestre, 2005.

MENEGAT, Marildo. *Estudos sobre ruínas*. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2012.

_____ **Unidos pela catástrofe - o que há de novo nos movimentos sociais na América Latina**. In: PAULA, D.A. de. MENDONÇA, S.R.de (orgs) Sociedade Civil Ensaios Históricos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MONT-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. <http://www.ceap.br/material/MAT2308201001849.PDF>. Acesso em novembro de 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude**. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. 2006. apud COSTA, Maria de Fatima Tardin, 2012.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. *Fundo Nacional de Moradia Popular: Marco Histórico de Participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1996.

RIQUELME, José Mário. **O sem terra, sem teto e morador de rua: A rurbanidade e a construção da representação social sobre o rural na região metropolitana de Belo Horizonte**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa: 2008.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências e Lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

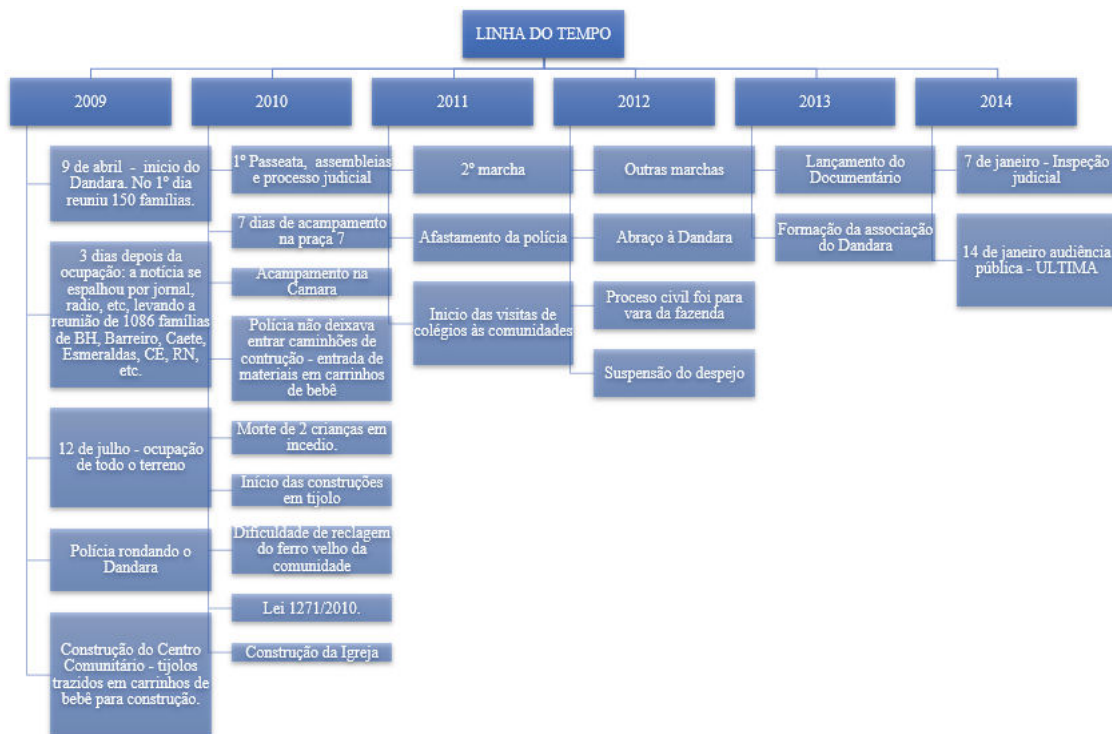
SAULE, Nelson e Uzzo Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. Disponível em <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>, Acesso em 10 março 2016

Universidade Federal de Minas Gerais. Programa cidade e alteridade: convivência multicultural e justiça urbana. Projeto: **mapeamento das ocupações urbanas em belo horizonte e região metropolitana.** Relatório pelo direito fundamental à moradia adequada: estudo do caso de ocupações urbanas em Belo Horizonte e região metropolitana. Relatório parcial: abril de 2015.

VASCONCELOS, Luiz Fernando. **Do profavela à Izidora: A luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte.** Dissertação de Mestrado, UFMG, 2015.

ANEXO I – Tabelas e panfletos

Imagem 1: Linha do tempo da Ocupação Dandara



Dinâmica da Linha do Tempo

Fonte: Oficina de Cartografia Social. Pesquisa Direta. Pesquisa “Mapeamento das Ocupações Urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte” (UFMG / CNPq / Polos de Cidadania / Cidade e Alteridade, 2013)

Imagem 2: Legenda

1º GRANDE MARCHA DAS OCUPAÇÕES URBANAS DA GBH

28/NOV/2013

NOSSA SITUAÇÃO

Nós, moradoras (es) das ocupações de sem-teto da Grande BH (GBH), estaremos em MARCHA no dia 28 de novembro de 2013, para denunciar a ameaça de despejo de nossas famílias. Hoje, somos mais de 12 mil famílias que construímos nossas casas nas ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, localizadas na região do Isidoro (Regional Norte de BH) e a ocupação Willian Rosa (Contagem).

Os terrenos ocupados estavam abandonados e os "ditos" proprietários sequer pagavam IPTU, uma obrigação de todo cidadão. Estas áreas eram mantidas sem nenhum investimento, contrariando a Constituição Federal que exigem que todo imóvel "deve cumprir a função social". Esta prática é definida como Especulação Imobiliária.

AS OCUPAÇÕES CORREM RISCO DE DESPEJO! Isso porque a Prefeitura de Belo Horizonte, se recusa a NEGOCIAR uma solução para as ocupações da Região do Isidoro. O Prefeito Márcio Lacerda (PSB) diz que não pretende apresentar nenhuma solução para as famílias sem-teto, e quer, o mais rápido possível, o despejo de todas as famílias, alegando que irá construir um empreendimento habitacional na área.

NEGOCIAÇÃO SIM! DESPEJO NÃO!

COMO PARTICIPAR DA MARCHA

A Marcha saíra às 5 horas da manhã das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória e caminhará pela Av. Cristiano Machado até próximo ao Minas Shopping, no qual fará o primeiro momento de descanso e se encontrará com os moradores da Ocupação Willian Rosa. Solicitamos que os/as apoiadores/as se somem a marcha neste momento.

A Marcha caminhará até o Centro de Belo Horizonte e terá como objetivo reivindicar junto à Prefeitura do Município o início das negociações com as ocupações.

Organização:
Brigadas Populares,
MLB, Lutas Populares,
CPT e Coordenação
das Ocupações.

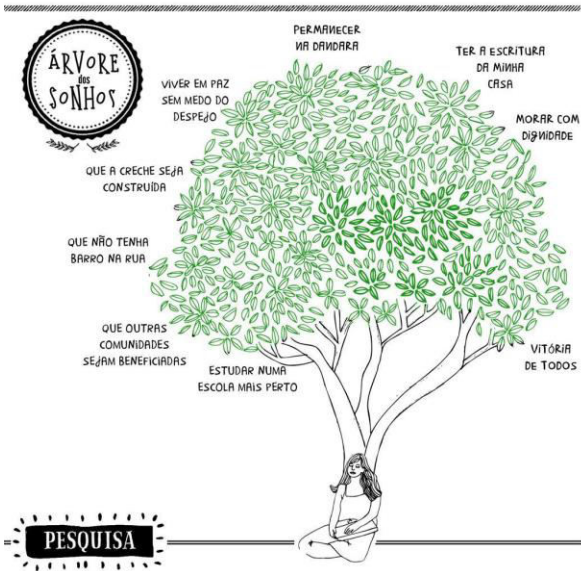
O QUE QUEREMOS

- 1) **Suspensão imediata dos despejos** contra todas as ocupações urbanas da GBH.
- 2) Instalação de **MESA DE NEGOCIAÇÃO** com a PBH, para procurar construir alternativas de moradia para as famílias sem-teto.

**AS OCUPAÇÕES URBANAS SÃO UMA SOLUÇÃO,
NÃO UM PROBLEMA!**

POR UMA CIDADE ONDE CAIBA TODOS E TODAS





PESQUISA

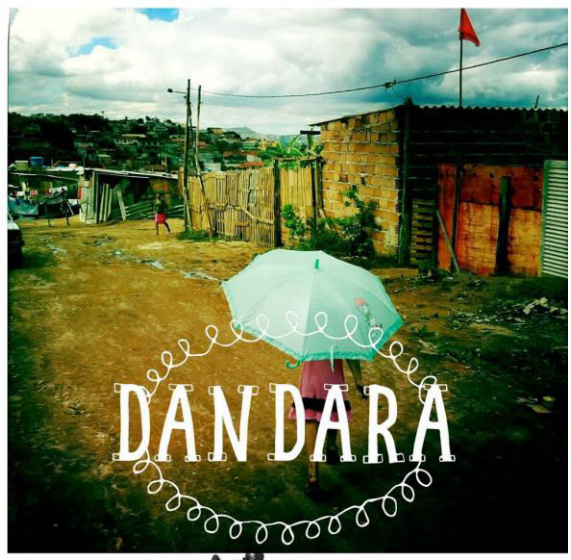
as informações desta cartilha foram obtidas no período de março a dezembro de 2013.
 "PELO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA ADEQUADA: ESTUDO DE CASO DE OCUPAÇÕES URBANAS EM BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA"

EQUIPE DE PESQUISA

PROFA. MARIA TEREZA FONSECA DIAS (COORDENADORA E ORIENTADORA)
 EX-INTEGRANTES: ARTHUR CASTRO, ISABELLA MIRANDA, JULIETE BARBOSA, MARIANA RODRIGUES, STEFANE ARBELO, PEDRO MARQUES, TATY GOMES, VIVIANE MARRA / INTEGRANTES ATUAIS: AMANDA REIS, CAROLINA SPIER, FÚLVIO SAMPAIO, HENRIQUE ZATTI, INGRID DE PAULA, JULIA DIARDE, JULIANO SANTOS, LARISSA PIRCHNER, LETICIA LEITE, LIVIA LAGES, LUCAS NASSER, MARCOS BERNARDES.

PROJETO GRÁFICO
 SARAH MARTOS

REALIZAÇÃO E FOMENTO: UFMG, CNPq, Ministério da Educação, DIREITO, Pólos, CIDADANIA, PROEX, CIMOS



DIREITO A CIDADE PARA OS MORADORES DA DANDARA

ter acesso à saúde e à educação; não depender do aluguel; não ter medo; direito a ocupar e dar função à terra; morar com qualidade; ter lugar onde caibam todos; cumprir obrigações sociais; conviver com as diferenças; ter direito de lutar pelos seus direitos.



história da dandara

SEGUNDO OS MORADORES DA COMUNIDADE

No dia 9 de abril de 2009 nasceu a Ocupação Dandara, no bairro Cêu Azul, em um terreno de 315.000m² antes abandonado, sem cumprir sua função social.

Nos primeiros dias eram 150 famílias que, não tendo condições de pagar os caros aluguéis em Belo Horizonte, começaram a realizar o sonho de ter onde morar. Mesmo após forte repressão policial, apareceram muitas outras famílias em busca de moradia, e as 150 se transformaram em 1.300, que montaram suas barracas em um pequeno pedaço do terreno e receberam apoio de organizações sociais como Brigadas Populares, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e Fórum de Moradia.

Quem mora na Comunidade Dandara costuma dizer que a polícia ocupou o terreno junto com o povo, pois no início ela chegou a ficar acampada ao lado dos moradores para garantir que a ocupação não se expandisse para o restante do terreno.

A comunidade resistiu e, após quatro meses de aperto e em péssimas condições de moradia, expandiu para o restante do terreno e se estruturou a partir de um projeto urbanístico. Hoje, todo mundo tem sua casa em lotes de 182m², onde mantêm seus quintais e cultivam suas hortas.

Mas quem se diz dona do terreno não aceitou que agora havia gente dando um uso para ele e entrou na justiça pedindo sua desocupação. Até hoje, os moradores vivem com a insegurança de não saberem se poderão continuar vivendo em suas casas. Apesar dos problemas, quem mora aqui não tem medo da luta.

Os moradores já organizaram cinco marchas até o centro de Belo Horizonte para acompanhar julgamentos importantes no poder judiciário, realizaram acampamentos na Praça Sete e na Prefeitura. Dandara cresceu não só dentro da comunidade, como fora dela. Hoje conta com uma forte rede de apoio social, que envolve outras comunidades, movimentos sociais, instituições e cidadãos.

CONSTITUIÇÃO DE 1988

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS









ESTATUTO DA CIDADE

LEI Nº 10.257/2001

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...]

1 - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

PROBLEMAS

-  não reconhecimento de direitos pelo poder público.
-  falta de acesso a serviços básicos como água, luz, calçamento, coleta de lixo, correio e comprovante de endereço.
-  empregos negados e acesso a serviços (saúde, educação e outros) pela falta de comprovante de endereço ou pela discriminação.
-  burocracia para serem atendidos nos postos de saúde.
-  preconceito da vizinhança e da sociedade em geral.
-  insegurança da posse.

Cadastro Ocupação Dandara - Agosto de 2011

1. IDENTIFICAÇÃO DO LOTE/MORADIA:	
1.1 - Rua: <u>Vem-segá Maria Ruf</u>	
Nº: <u>151</u>	Nº / Grupo: <u>07</u>
2. IDENTIFICAÇÃO DOS TITULARES:	
(1) <u>Adelina Maria de Jesus</u>	
-Data de Nascimento: <u>10/03/44</u>	
CI.: <u>M-7.251.649</u>	-CPF: <u>044.988156-16</u>
(2) <u>Edson de Jesus dos Reis</u>	
-Data de Nascimento: <u>29/01/1988</u>	
CI.: <u>11614.184.113</u>	-CPF: <u>093.644.936-09</u>
Número de moradores do domicílio: <u>04</u>	

ANEXO II – Fotos



Foto 1: Abraço à Ocupação Dandara.



Foto 2 - Orlando Lopes Soares, morador liderança da Ocupação Dandara



Fotos 3 e 4: Imagens do terreno antes e após a ocupação



Foto5: Localização da Ocupação Dandara – região da Pampulha



Foto 6 – Manifestação próxima á cidade administrativa.



Foto 7 Marcha realizada pelas ocupações urbanas.



Foto 8 Joviano Mayer, advogado do coletivo Margarida Alves das Brigadas Populares.



Foto 9 Juliana Bavuzo da Frente de Mulheres das Brigadas Populares



Foto 10 Angela Fagundes Pinto, liderança da Dandara e da Frente da Reforma Urbana das Brigadas Populares

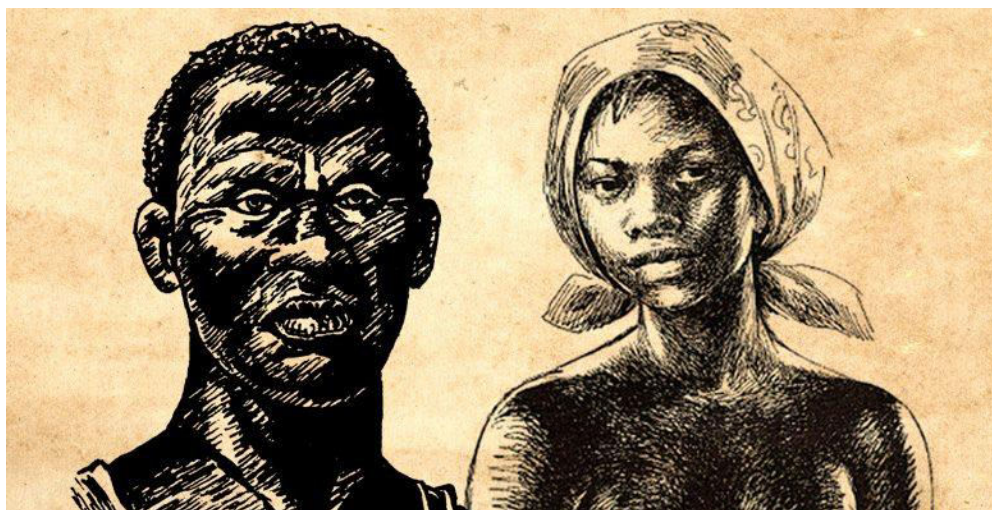


Foto 11 Representação de Dandara e Zumbi dos Palmares



Foto 12 Referente ao crime ambiental ocorrido em Mariana em Novembro de 2015, denuncia da frente Urbana das Brigadas populares.



Foto 13 – Ocupação Izidora na região norte de Belo Horizonte.



Foto 14 – Manuel Bahia , liderança da Ocupação Izidora assassinado em março de 2015.



Foto 15 Cidade Administrativa – Marcha das
ocupações Urbanas em 2015.



Foto 16 Angela e Orlando – lideranças da Comunidade Dandara



Foto 17 Juliana Bavuzo e Layza Queiroz da Frente de Mulheres das a Populares



Foto 18 Panorama da Ocupação Dandara.



Vista aérea do abraço á Ocupação Dandara em 2012. Participação dos sem
terrinha.